



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — N.º 44

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 1968

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 27 de março de 1968, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Vetos Presidenciais

- 2º Ao Projeto de Lei nº 16, de 1967 (CN), que autoriza a instituição da "Fundação Nacional do Índio", e dá outras providências;
- 2º Ao Projeto de Lei nº 14, de 1967 (CN), que dispõe sobre o efetivo do Corpo de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira em tempo de paz;
- 3º Ao Projeto de Lei nº 13, de 1967 (CN), que cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), e dá outras providências.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1	1º	Parágrafo único do artigo 10.
2	2º	Artigo 20º.
3	3º	Artigo 17.

SESSÃO CONJUNTA

Em 28 de março de 1968, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Vetos Presidenciais

- 1º Ao Projeto de Lei nº 1.438, de 1960, na Câmara, e nº 58, de 1967, no Senado, que concede isenção pelo prazo de 1 (um) ano dos impostos de importação e de consumo, para a importação de materiais destinados à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas (veto total);
- 2º Ao Projeto de Lei nº 456, de 1967, na Câmara, e nº 103, de 1967, no Senado, que altera dispositivos da Lei nº 5.173 de 27 de outubro de 1966 que "dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências (veto parcial);
- 3º Ao Projeto de Lei nº 3.619 de 1966, na Câmara e nº 51, de 1965, no Senado, que altera o art. 79 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (veto parcial).

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1	1º	Totalidade do Projeto.
2	2º	Alínea "a" do artigo 14.
3	2º	1º do artigo 43.
4	3º	Parágrafo único que seria acrescentado pelo art. 1º do Projeto, ao artigo 79 da Lei nº 1.711, de 28-10-52.

CALENDÁRIO E SENADORES DESIGNADOS PARA AS COMISSÕES MISTAS REFERENTES A VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM APRECIADOS NO PERÍODO DE 20 DE MARÇO A 16 DE ABRIL DE 1968:

DIA 27 DE MARÇO AS 21.30 HORAS

Projeto Nº 18-67 (C.N.) — Autoriza a instituição da "Fundação Nacional do Índio" e dá outras providências. — Fernando Corrêa — José Guimard — Acaiberto Senna.

Projeto Nº 14-67 (C.N.) — Dispõe sobre o efetivo do Corpo de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira em tempo de paz. — Ney Braga —

Eurico Rezende — Edmundo Levi.

Projeto Nº 13-67 (C.N.) — Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), e dá outras providências. — Filinto Müller — José Feliciano — Adalberto Senna.

DIA 28 DE MARÇO, AS 21.30 HORAS

Projeto na C.D. Nº 456-67 e no S.F. Nº 103-67 — Altera dispositivos da Lei nº 5.173, de 27.10.66, que "dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e dá outras providências. — Senadores: Carlos Lindenberg — Wilson Gonçalves — José Ermirio.

Projeto na C.D. Nº 3.619-66 e no S.F. Nº 51-65 — Altera o art. 79 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União). — Senadores: Menezes Pimentel — José Leite — Arnor Virgílio.

Projeto na C.D. Nº 1.438-60 e no S.F. Nº 58-67 — Concede isenção, pelo prazo de 1 (um) ano, dos impostos de importação e de consumo para a importação de materiais destinados à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas. — Senadores: Domicio Gondim — Adolpho Franco — Antonio Balbino.

DIA 2 DE ABRIL, AS 21.30 HORAS

Projeto na C.D. Nº 33-67 e no S.F. Nº 125-67 — Inclui, nas entidades consignatárias a que se refere o art. 171 da Lei nº 4.328, de 30.4.68, o Clube de Oficiais da Reserva e Reformados da Marinha e a Associação de Faltosos da Armada e Clube Beneficente dos Sargentos da Marinha. — Senadores: Paulo Torres — José Guimard — Oscar Passos.

Projeto na C.D. Nº 80-67 e no S.F. Nº 139-67 — Da nova redação ao parágrafo único do art. 20 da Lei nº 3.765 de 4 de maio de 1960 que dispõe sobre as pensões militares. — Senadores: Mello Braga — Clodomir Milhet — Argemiro de Figueiredo.

DIA 3 DE ABRIL, AS 21.30 HORAS

Projeto na C.D. Nº 4.052-62 e no S.F. Nº 150-65 — Fixa o grau mínimo para aprovação de candidatos ao Serviço Público Federal. — Senadores: Antonio Carlos — José Feliciano — Aurélio Vianna.

Projeto na C.D. Nº 2.438-57 e no S.F. Nº 142-64 — Institui o seguro obrigatório contra acidentes com passageiros de veículos ferroviários de transporte coletivo. — Senadores: Celso Ramos — Atilio Fontana — Edmundo Levi.

Projeto na C.D. Nº 455-67 e no S.F. Nº 106-67 — Dispõe sobre a isenção de tributos incidentes na importação dos bens destinados à construção e obras relacionadas com atividades de infra-estrutura. — Senadores: Carlos Lindenberg — Clodomir Milhet — Argemiro de Figueiredo.

DIA 4 DE ABRIL, AS 21.30 HORAS

Projeto na C.D. Nº 607-67 e o S.F. Nº 117-67 — Cria 2 (dois) cargos de Juiz Substituto do Trabalho no Quadro da Justiça do Trabalho da 8ª Região, em Belém, Estado do Pará. — Senadores: Carlos Lindenberg — José Guimard — Bezerra Neto.

Projeto na C.D. Nº 112-67 e no S.F. Nº 80-67 — Cria o Serviço Nacional de Bibliotecas Municipais e dá outras providências. — Senadores: Duarte Filho — Fernando Corrêa — Antonio Balbino.

Projeto na C.D. Nº 326-67 e no S.F. Nº 138-67 — Autoriza o Poder Executivo a proceder à alteração da Lei Orçamentária nº 5.189 de 3.12.66, na parte da dotação pertinente ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, sem aumento de despesas. — Senadores: Carvano Pinto — José Leite — Pessoa de Queiroz.

DIA 16 DE ABRIL, AS 21.30 HORAS

Projeto na C.D. Nº 4.071-66 e no S.F. Nº 30-66 — Autoriza consignação em folha de pagamento a favor da Sociedade Financeira dos Servidores

Públicos do Brasil (FINABRA). — Senadores: Mello Braga — Júlio Leite — Bezerra Neto.

Projeto na C.D. nº 3.227-65 e no S.F. nº 100-67 — Estende a entidades de assistência médico-hospitalar o disposto no art. 5º da Lei nº 1.046, de 2 de janeiro de 1950, que dispõe sobre a consignação em folha de pagamento. — Senadores: Duarte Filho — Carvalho Pinto — Oscar Passos.

Projeto na C.D. nº 121-67 e no S.F. nº 135-67 — Concede aos servidores públicos da União e aos das entidades autárquicas ou paraestatais federais, que adiam com raios X ou substâncias radioativas a aposentadoria facultativa aos 25 anos de serviço e a obrigatória aos 65 anos de idade. — Senadores: Duarte Filho — Fernando Corrêa — Adalberto Senna.

Projeto na C.D. nº 315-67 e no S.F. nº 1-68 — Cria, na 3ª Região da Justiça do Trabalho, 8 (oito) Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. — Senadores: Lobão da Silveira — Manoel Villaga — Adalberto Senna.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 21 DE 1968

Aprova o texto do Decreto-lei nº 340, de 22 de dezembro de 1967, que acrescenta disposições disciplinadoras ao Decreto-lei número 288, de 28 de fevereiro de 1967.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 340, de 22 de dezembro de 1967, que acrescenta disposições disciplinadoras ao Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967.

Senado Federal, em 26 de março de 1968.

GILBERTO MARINHO
Presidente do Senado Federal

SENADO FEDERAL

ATA DA 25ª SESSÃO, EM 25
DE MARÇO DE 1968

2ª Sessão Legislativa Ordinária,

da 6ª Legislatura
(Extraordinária)

PRESIDÊNCIA DO SR. GILBERTO
MARINHO

As 10 horas achem-se presentes os
Srs. Senadores:

Adalberto Senna
José Guimard
Oscar Passos
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Milton Trindade
Cattete Pinheiro
Lobão da Silveira
Clodomir Milet
Sebastião Archer
Petrônio Portela
José Cândido
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Luiz de Barros
Dinarte Mariz
Manoel Villaga
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
Domício Gondim
João Cleofas
Pessoa de Queiroz
José Ermirio
Teotônio Vilela
Rui Palmeira
Arnon de Melo
Leandro Maciel
Júlio Leite
José Leite
Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino
Josaphat Marinho
Carlos Lindenberg
Eurico Rezende
Raul Giuberti
Paulo Tórres
Aarão Steinbruch
Vasconcelos Tórres
Mário Martins
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Milton Campos
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
Carvalho Pinto
Lino de Mattos
João Abrahão
José Feliciano
Pedro Ludovico
Fernando Corrê
Filinto Müller
Ney Braga
Adolpho Franco

Mello Braga
Alvaro Catão
Atilio Fontana
Guido Mondim
Daniel Krieger
Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 59 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debates aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

AVISO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Nº G-SRC-9-504.1, de 22-3-68 — Agradecendo a comunicação referente à constituição da Mesa que, na atual sessão legislativa, dirigirá os trabalhos desta Casa.

PARECERES

Parecer nº 238, de 1968

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1968 (nº 966-B, na Câmara), que autoriza a Comissão do Plano do Carvão Nacional a transferir o serviço público de abastecimento de água à cidade de Criciúma para a responsabilidade da Prefeitura Municipal da mesma localidade e dá outras providências.

Relator: Sr. Eurico Rezende.

O presente projeto, de iniciativa do Poder Executivo, visa a autorizar a OPCAN — Comissão do Plano do Carvão Nacional — a transferir o serviço de abastecimento de água à cidade de Criciúma (SC) para a responsabilidade da Prefeitura Municipal da mesma localidade.

A Mensagem esclarece que a OPCAN, "sucendendo ao DNPM — Departamento Nacional da Produção Mineral — no planejamento e execução da política do carvão, dele recebeu, também, o ônus de manter o abastecimento de água à cidade de Criciúma. Não obstante tratar-se de uma verdadeira anomalia administrativa, tal situação tem perdurado ao longo dos anos".

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

"É certo que a OPCAN procurou concertar com a municipalidade a transferência do encargo".

"Agora, porém", "o Município de Criciúma dispõe-se a assumi-lo, para o que fez expedir a Lei nº 631, de 12-9-1966, criando para esse e outros fins um órgão autárquico, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto".

"Para tanto, seria incorporado ao patrimônio municipal todo o acervo correspondente, bem como assegurada a permanência do pessoal, sem ônus para a Prefeitura, por um lapso razoável de dois anos. Findo o prazo e atendida a conveniência da Prefeitura, facultar-se-ia aos Servidores a transferência definitiva".

"É oportuno realçar", prossegue a Mensagem, que, "tanto o pessoal quanto os bens, foram objeto de cuidadoso levantamento, em molde a se poder discriminar no ato de transmissão, tudo o que passar à esfera da Prefeitura".

Sem embargo, entretanto, a redação do projeto elaborada pelo Poder Executivo, foi julgada inconstitucional pela Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados motivo pelo qual aquela Comissão apresentou um substitutivo, aprovado pelo Plenário, esboçando da proposição esse aspecto negativo.

Diante do exposto e tendo em vista ser o projeto apenas autorizativo, opinamos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21 de março de 1968. — Nilson Gonçalves, Presidente. — Eurico Rezende, Relator. — José Leite. — João Cleofas. — Arthur Virgílio. — Carlos Lindenberg.

Parecer nº 239, de 1968

Da Comissão de Finanças, ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1968 (nº 966-B-68, na Casa de origem), que autoriza a Comissão do Plano do Carvão Nacional a transferir o serviço público do abastecimento de água à cidade de Criciúma, para a responsabilidade da Prefeitura Municipal da mesma localidade e dá outras providências.

Relator: Sr. José Ermirio de Moraes.

O presente projeto autorizando o Plano do Carvão Nacional a transferir para a Prefeitura Municipal o serviço público de abastecimento de água à cidade de Criciúma, Santa Catarina, vem corrigir anomalia conflitante com a própria Constituição Federal. Conforme faz certo a Exposição de Motivos que deu origem ao presente projeto, a excrecência perdura há anos, em virtude de resistir a Municipalidade a assumir as responsabilidades que lhe eram inerentes. A transferência foi afinal acertada tendo a Municipalidade obtido a lei local 631 de 12.9.66, que instituiu o Serviço Autônomo de Água e Esgoto. Aperfeiçoou-se, agora, o ato da transferência com a anuência, também através de lei do Governo Federal.

O presente projeto, sobre ser necessário, sana anormalidade adminis-

trativa que vigia contra a Constituição. Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 20 de março de 1968. — Argemiro de Figueiredo, Presidente. — José Ermirio, Relator. — Clodomir Milet. — Leandro Maciel. — Júlio Leite. — João Cleofas. — Pessoa de Queiroz. — Manoel Villaga. — José Leite. — Fernando Corrêa.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O expediente lido vai à publicação.

(Gilberto Marinho)
A Presidência recebeu resposta aos seguintes Requerimentos de Informações:

Nº 17-68, de autoria do Senador Vasconcelos Tórres, enviada pelo Ministro da Justiça (Aviso nº 351-B-B de 1968).

Nº 72-68, de autoria do Senador Vasconcelos Tórres, enviada pelo Ministro da Indústria e Comércio (Aviso nº AP-64-68).

Nº 136-68, de autoria do Senador Lino de Mattos, enviada pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social (Aviso nº 261-GM-BR-MTPS-68).

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho)
Há vários oradores inscritos. O primeiro deles é o nobre Senador Aarão Steinbruch, a quem dou a palavra. (Pausa.)

S. Ex.º não está presente. Com a palavra o nobre Senador Cattete Pinheiro. (Pausa.)

S. Ex.º não está presente. Com a palavra o nobre Senador Guido Mondim.

O SR. GUIDO MONDIN:

Sr. Presidente, Srs. Senadores ao que previmos, enquanto se reúnem as Comissões técnicas, adiantaremos nossa ação de plenário, pelo que noto, apenas com este discurso.

O tema que vou abordar pode não parecer à primeira vista de interesse para trazer a uma tribuna política. Mas se nos debruçarmos nele, examinaremos verificando que ele envolve graves interesses humanos.

Em meio aos impressionantes avanços da ciência e da técnica, quando os inventos de guerra estardecem e a busca do espaço cósmico absorve inteligências e multiplica o arrêdo do homem, temos que aqui na terra o que impera, de modo cada vez mais absorvente e o automóvel. É dele que venho falar e do homem em face desse instrumento de dois gumes.

O automóvel criou novos comportamentos e exumou novos aspectos de caráter. Criou estados de espírito, perturbações de família, acirrou ciúmeiras e invejas, quando não obsessões.

Há os que se sentem frustrados porque ainda não possuem automóvel; há os que situam a sua frustração no fato de possuí-lo em tipo ou fabricação inferior. Há os que exibem sua petulância ou sua soberba na posse de um carro de alto preço e linhas imperialistas, ciosos, quando passam, de provocar impacto nos que andam em humildes calhambeques; há um gozo íntimo nesse tipo de usufrutários das benesses da vida, que mal disfarçam, numa indiferença estúpida,

o prazer que sentem sabendo-se objeto de admiração por onde passam. Há os magnatas, para quem a multiplicação e diversidade do conforto já não causa maior sensação e esquecem um ensinamento, no caso dos países sub-desenvolvidos, que nos vem dos pródromos da Revolução Francesa, quando as carruagens soberbas, conduzindo a nobreza, fustigavam a miséria nos caminhos e ruas, agravando, no entanto, paulatinamente, a reação que viria.

Então há os que condensam num automóvel de raça sua maior aspiração, como há uma inquietação e uma infelicidade em outros que condicionam seus sonhos em possuir um carro. Infelizmente a família sem posses que observa o vizinho que tem carro, ensaiando um ar de desdém cada vez que o veículo chega arrogantemente entrando pela garagem próxima. E há famílias que entram em crise cada ano, quando entendem que é chegada a hora de trocar o carro por um de último tipo mulher e filhos azucrinando os ouvidos do que paga porque demora nas providências.

A democratização do automóvel generalizou, da classe média para cima, os problemas que o automóvel trouxe. Disse da classe média para cima, porque a pobreza continua a suportar os salpicos de lama e os atropelos do monstro dos nossos tempos. Conheço casos curiosos como o daquele homem que, em seu trabalho, entrou a cair em produção. Observado e submetido a exame médico pelo Serviço Especial da empresa, nada se constatou que explicasse aquele esmorecimento físico no homem, para descobrir-se afinal a causa psicológica. O homem era quotidianamente intoxicado pela mulher pelo fato de não ter condições de comprar um automóvel, quando os vizinhos o possuíam para escárnio daquela dama rigorosamente absorvida pelo espírito do tempo.

O automóvel abriu nova, grande e rendosa frente para os ladrões. Há essa espantosa estatística de São Paulo, onde são roubados 500 carros por mês, para tanto sendo organizadas oficinas onde são modificadas as características dos carros. A organização das quadrilhas envolve funcionários corruptos do Serviço de Trânsito, com isso fazendo, não apenas em São Paulo, mas em todo o País, com que ninguém mais tenha segurança, eis que não há segredo para os ladrões e a recuperação do carro não conta com o desvelo policial.

Mas outros são os aspectos que nos revelam o automóvel como fator de uma segunda humanidade que vive em função dele. Vive, sofre e se agita mercedo de sua invenção.

Senão, vejamos. Na evolução de tudo, na ansia de conforto e na exigência das competições sociais, inventado o automóvel, transformava-se ele de logo, numa necessidade fundamental para o homem dito civilizado. Antes necessidade relativa; depois, absoluta. Perdeu ele muito cedo suas características de mero conforto ou superfluidez, para fazer-se essa exigência ululante da vida moderna. Ai então começam as razões da necessidade de uma verdadeira reeducação do homem para a era do automóvel, porque ele transformou a mentalidade do homem, de tal sorte que hoje podemos dividir a humanidade em dois grandes grupos: os que andam a pé e os que dirigem automóvel. Com o volante na mão, transforma-se o homem. Julgando-se muito seguro de si mesmo, esquece tudo o mais. Então o que vemos é que a inquietação do nosso tempo se desvenda na direção. Frustrações e recalques traduzem-se em velocidade. Sensações não encontradas noutra parte extravazam em desequilíbrios não apercebidos pelos seus portadores. A inexperiência dos jovens traduz-se em loucura, mas a inconsciência dos que amadureceram sem

formação da alma produz as mesmas consequências. Poderia dizer, porque esta é a observação, que um homem de infância penosa, com a responsabilidade de dirigir veículos pesados, parece odiar o que o cerca, não se preocupando com os resultados de seus complexos. O nervosismo, o egoísmo, a inconsciência, dominam as ruas, nas mesmas atitudes que podemos observar nos que, postos na direção de um veículo, esquecem a fraternidade humana e esquecem-se de si mesmos, transtornados pelo vício que resulta em sangria no asfalto. Bem assinala o Arcebispo de Porto Alegre, numa alocução sobre o problema. "Parece indiscutível que na quase totalidade dos casos de acidentes a causa não está em defeito dos motores e dos veículos mas em falhas do homem". E diz ainda: "Além da capacidade profissional, que supõe conhecimentos das regras do trânsito, condições biológicas de suficiente saúde, visão e audição normais, se requer alto senso de responsabilidade, respeito à vida e à dignidade pessoal dos outros. Também neste setor defrontamos o problema da educação geral da criação humana, consciência dos seus deveres e motivada em seus relacionamentos não por impulsos indeliberados mas por diretrizes soberanas e perenes de compreensão, justiça, bondade, cortesia todas enraizadas numa concepção de vida integradora na coexistência humana e na comunidade da fé". "O menosprezo dos altos valores de ordem ética revela-se no volante de um automóvel e ao atravessar uma rua, pela conduta de irresponsabilidade ou de indiferença pelo bem estar, pelos direitos e conveniências dos demais usuários da via pública, condutores ou pedestres".

Em meio a tal quadro, vemos, entretanto, que o automóvel se transformou numa das causas mais evidentes das neuroses dos nossos dias. Ninguém mais sai de casa, a pé ou de automóvel, com segurança ou com tranquilidade. As ruas transformam-se numa agonia. O homem que sai para o trabalho pode ser vitimado na rua. A criança que vai à escola deixa o país em inquietação, porque um sem número de desalmados tem que sabem que o são, estão a transitar numa competição de feras na batalha do trânsito. Todos se consideram com preferência, todos se acham no seu direito, todos se atribuem um motivo para procederem como procedem. O automóvel afiora egoísmos e no sub-consciente de cada motorista se estabelece a negação dos direitos dos outros, eis que no trânsito, não há solidariedade. Se o pedestre necessita de tanto cuidado e de igual consciência sobre os perigos do trânsito, não esqueçamos, entretanto, de uma constatação acadiana, mas de total validade. Pedestre não mata automóvel mas automóvel mata pedestre. O pedestre atordoa-se no turbilhão do trânsito, porque ele está relegado a segundo plano, senão a total indiferença.

A esta altura cabe perguntar: tem de ser assim? Temos de aceitar como uma fatalidade esse tributo da era mecânica? Mas então o homem, conhecendo uma das causas das atribuições que o atormentam, não procurará vencê-la?

A ciência luta contra a morte, impotente, entretanto, diante de tantos males. A humanidade é devastada pelo câncer, pela tuberculose, pelo enfarte, e a ciência luta para descobri-lhes a cura. Mas as mortes causadas por acidentes do trânsito não estão a depender das descobertas da ciência, mas apenas do comportamento do homem. Mui relativos são os Códigos de Trânsito e as punições nos seus resultados, se o mal tem maior profundidade que o policiamento não alcança.

Alguns países já vão entrando na solução para o problema.

Estudei o tráfego em três diferentes países, onde me parece que, pela educação, o problema já não tem a expressão destruidora do que ocorre no Brasil. Em Bangkok, na Tailândia, observei longamente o comportamento dos que dirigem automóveis num tráfego tranqüilo para uma cidade de três milhões de habitantes, onde poucas sinalleiras e uns poucos agentes orientam o intenso movimento de veículos. A explicação era clara: um profundo respeito, em primeiro lugar, pelo transeunte e, depois, pelo veículo alheio. A educação do povo, feita de tradicional delicadeza, se fazia presente de modo especial na direção de veículos. O mesmo verifiquei em Viena, onde todos param com respeito ao pedestre. Mais recentemente, vi, nos Estados Unidos, que as campanhas preventivas ali surtiram largo efeito, muito ao contrário do que eu suponha. Diante do meu interesse, um agente policial levou-me a constatar a orientação seguida hoje no grande país de trânsito fabricante, mas de uma disciplina toda dirigida no sentido de respeito ao pedestre.

Então, Sr. Presidente, nobilíssimos colegas, qual a solução para o caso brasileiro?

O Sr. Adalberto Senna — V. Ex.^a da licença para um aparte? (Assentimento do orador) — V. Ex.^a se referiu aos Estados Unidos. Eu chamo a atenção para um aspecto do problema naquele país, onde a questão de tráfego de dirigir veículos, e objeto de estudos e de prática na própria escola secundária americana. Tive ocasião de observar diretamente, numa dessas escolas, creio que no Estado do Kansas, as chamadas "driver educations" em que o professor ensina o aluno a conduzir o automóvel. Pelo que pude observar, maior era a preocupação com a observância dos sinais, e sob esse aspecto mais que nos outros países, do que mesmo com o problema mecânico de dirigir o automóvel.

O SR. GUID OMONDIN — É precisamente o que preconi para o nosso País, eis que não podemos continuar assistindo, de braços cruzados, a essa devastação de vidas por todo o País.

O problema é rigorosamente de formação moral. Minha cidade, Porto Alegre do dia 19 de janeiro até hoje, conta com quatro dezenas de mortos no trânsito; so naquela cidade.

Isto não pode continuar.

Os que dirigem parecem desvaídos e nos incluímos entre os desvaídos. Eu perguntava: qual a solução para o caso brasileiro?

Impõe-se a formação de uma profunda consciência a que se deve entregar toda a comunidade. Desde as famílias, todas as forças vivas, todos os meios devem empenhar-se a empregar-se nesta tarefa de recompilação. O homem tem de adaptar-se, reeducar-se para o uso do automóvel, começando por compreender que a pressa não compensa e que se tem pressa, que a condicione a um atendimento tranqüilo.

Como acabou de assinalar, em seu aparte, o Senador Adalberto Senna famílias, escolas, igrejas, cinema, rádio, televisão, jornais, revistas, todos os meios de divulgação terão de desencadear não uma campanha, que está tem sentido transitório, mas um movimento de caráter permanente até que formava uma consciência, o uso do automóvel se faça um bem e não a desgraça que é atualmente.

Prezados Colegas, aflorei apenas o assunto. Muito há que dizer e que se diga sem cessar. O domínio do automóvel exige formação moral. Então os não perturbados os que não aceitam como uma fatalidade isto que estamos a assistir todos os dias, que se aprestem para criar condições de

tranqüilidade nas cidades e nas estradas. A preocupação, insisto, e repito, tem de ser de todos, para que não prossigamos diante de tanta perturbação, diante de tanto desequilíbrio, inconsciência, ferocidade e loucura, tanta incapacidade e irresponsabilidade de homens e mulheres, jovens e velhos profissionais e amadores, tanta ceifa interminável de vidas, neste tráfego de desgraças. Podemos dar um nóstico o volante como tradutor do caráter do motorista, mas isto é nirmo em face da necessidade primamente de criarmos uma consciência para o trânsito; através de uma reformulação do comportamento do homem diante da angústia das ruas. (Muito bem! Palmas. O orador se cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem o pavão o Sr. Senador Cattete Pinheiro.

O SR. CATTETE PINHEIRO:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, formulei, nesta Casa, apelo ao Sr. Ministro Albuquerque Lima, no sentido de que o Ministério do Interior leve ao Governo do Pará e às populações atingidas pela enchente do rio Tocantins ajuda necessária e providável.

Hoje, sinto-me no dever de voltar à tribuna para agradecer a gentileza do Sr. Ministro do Interior em rapidamente responder ao meu pronunciamento, como o de outros pronunciamentos da representação do Pará e também para informar as providências por S. Ex.^a determinadas, e agradecer os auxílios relevantes prestados àquelas populações de meu Estado.

Julgo sempre necessário e valioso salientar, no Congresso Nacional, atitude como as que vêm caracterizando a ação do Ministro Albuquerque Lima no Ministério do Interior, e que revelam não só a mais alta compreensão, como o mais decidido espírito de cooperação para com as atividades dos parlamentares que representam os diversos Estados no Parlamento Nacional. Digo salientar porque tantas, muitas vezes, temos que criticar atitudes diferentes de outros setores do Executivo que, frequentemente, primam em demonstrar um suposto desinteresse, desconsideração real para com os pronunciamentos e manifestações dos Parlamentares em torno de problemas de suas regiões.

Assim, Sr. Presidente, venho com absoluta justiça fazer este ligeiro comentário, que não é só de agradecimento é também de louvor e, mais do que louvor, é manifestação de esperança de que possamos encontrar sempre, no Ministério do Interior, esta mesma compreensão e espírito patriótico, esta mesma revelação de espírito público. Poderemos assim somar esforços principalmente entre aqueles que representam o Partido majoritário nesta Casa, e aqueles que, no Executivo, têm a seu cargo as tarefas que podem levar, às diversas regiões do País, a representação de tudo aquilo que procura definir, em seus contínuos pronunciamentos, o Senhor Presidente da República!

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. CATTETE PINHEIRO:

Os elogios a um dos Ministros do Governo são, a juízo de V. Ex.^a, justos e eu não tenho a opor as razões apresentadas pelo eminente representante do Pará. Mas a grande tese que está a discutir neste instante, desperta em nós um grande tema para que uma administração tenha, realmente, completo êxito. Não é somente o entendimento, o entrosamento, o diálogo, a cooperação de esforços entre o Partido governista e os órgãos da administração federal, Presidente da República e o seu Ministério,

Sem esta cooperação a que V. Ex.^a com tanto brilho se refere e traça aqui, não é possível esperar êxito completo em qualquer administração federal estadual ou municipal. E mister haja, no corpo administrativo, aquilo que poderíamos chamar, em síntese, funcionamento orgânico em que todos os órgãos cooperem, mutuamente no sentido de realizar as tarefas a cargo do Governo Federal. V. Ex.^a tem toda razão. É necessário, nesta hora em que sentimos a separação entre o Governo e o povo, entre a Revolução e a Nação, a restabelecendo, através desses entendimentos, essa cooperação mútua sem discriminação partidária, no sentido do interesse comum, um ajustamento de atividades com o objetivo de solucionarmos os grandes problemas nacionais. O que desejamos é que se estenda essa necessidade de cooperação ao próprio Partido oposicionista. O Governo precisa ouvir a palavra da Oposição. Mais de uma vez, em pronunciamentos, nesta Casa, tenho solicitado dos interessados pela boa marcha da política federal, que o Presidente da República, seus ministros, mandem para aqui assessores, para ver como trabalha o Senado da República. Não há entre nós preocupação partidária quando em jogo os interesses da Nação. Opinamos registramos os nossos pontos de vista sem preocupações de caráter político-partidário. A exemplo que o Senado está dando ao Brasil, à vida parlamentar brasileira, é uma página brilhante que estamos escrevendo, e ela deve ser aproveitada. Além da voz dos seus correligionários, tratando de interesses regionais, de interesse para o Brasil, para os seus Estados, precisa também ser ouvida a palavra da Oposição. A Oposição exprime uma parcela da consciência coletiva, sem preocupações subalternas. É indispensável sejam ouvidos os oposicionistas para que se possa colher algo de aproveitável aos interesses nacionais. Todos nós somos patriotas. Louvo V. Ex.^a ao elogiar um Ministro de Estado que, fugindo ao critério adotado por outros setores a cargo de sua pasta manifesta-se, por esta forma, por este espírito de cooperação mútua entre o Executivo e Legislativo. Congratulo-me com V. Ex.^a e, mais uma vez, espero que o Governo venha sentir como funciona exemplarmente, dentro do Congresso Nacional, o Senado da República.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Agradeço o honroso e, como sempre, judicioso aparte do nobre Senador Argemiro de Figueiredo.

Pediria somente a S. Ex.^a me permitisse esclarecer um ponto que estou procurando deixar claro no pronunciamento que faço.

Lembrará S. Ex.^a que, antes que fizesses referências às relações que julgamos necessárias, entre os diversos órgãos do Executivo e a representação da ARENA no Parlamento, salientei o interesse e a necessidade de que os órgãos do Executivo recebessem apelos, sugestões, críticas dos parlamentares com relação a coisa pública. E se, quando tive a satisfação de receber o aparte de S. Ex.^a, me referi, em particular, à representação da ARENA foi pelo fato de termos no Parlamento, a responsabilidade do apoio decisivo à ação do Executivo. E, se não encontrássemos retribuição à nossa posição, no Congresso Nacional, aconteceria aquilo a que se referia S. Ex.^a. Quanto mais se afastar o Executivo do Legislativo tanto maior será o afastamento da realidade do povo brasileiro, cuja representação temos nesta Casa.

Assim, Sr. Presidente, o que desejei, em vindo à tribuna, foi demonstrar o nosso apreço e a satisfação, repito, com que temos observado a ação do Ministro Albuquerque Lima à frente do Ministério do Interior.

E tanto mais é de destacar a decisão sempre esclarecida de S. Ex.^a no encaminhamento dos problemas regionais que sabemos estar o País, firmemente, continuamente, enfrentando problemas de toda ordem, nas diversas regiões nas quais o Ministério do Interior é chamado à ação pronta e decisiva.

Eram estas, Sr. Presidente, as palavras que me julgarei no dever de trazer a esta tribuna, manifestando, mais uma vez, o meu apreço e a minha admiração à obra do Ministro Albuquerque Lima do Ministério do Interior.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna. S. Ex.^a não está presente.

Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

Mais nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra, irei declarar encerrada a sessão, anunciando antes, para a sessão ordinária de hoje a seguinte:

ORDEM DO DIA

SESSÃO EM 26 DE MARÇO DE 1968

(Terça-feira)

1

Votação e turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1968, (nº 846-B-67 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República que altera e revoga dispositivos do Decreto-lei nº 235, de 27 de fevereiro de 1967 que dispõe sobre a organização, funcionamento e extinção de aeroclubes, e dá outras providências, tendo — Parecer favorável, sob nº 188, de 1968, da Comissão de Projetos do Executivo.

2

Discussão, em turno único, do Parecer nº 189, de 1968, da Comissão de Constituição e Justiça, proferido em atendimento à consulta formulada pelo Sr. Senador Eurico Rezende, e que diz respeito à competência do Presidente da República para propor nomes ao Senado Federal, ainda após a Constituição de 1967, visando à efetivação das primeiras nomeações de juizes federais e juizes federais substitutos, dos cargos ainda não providos, e que permaneçam abertos, porque as mensagens haviam sido recusadas, ou arquivadas, ou não hajam os aprovados tomado posse. — Parecer no sentido de o Senado examinar as mensagens anteriormente enviadas ou as que, em substituição, lhe sejam encaminhadas atento à norma estabelecida na Lei 5.010, relativa às primeiras nomeações (com votos vencidos dos Senadores Antonio Balbino, Edmundo Levi e Josaphat Marinho) — (dependendo da votação do Requerimento nº 271-78, de atendimento da discussão, de autoria do Senador Aurélio Vianna).

3

Discussão, em turno única, do Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1967 (nº 1813-B-64 na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito de NCr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros novos) destinado à regularização de despesas de pessoal da Fundação Brasil Central, tendo — Pareceres sob nºs 193 e 194, de 1968, das Comissões de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade — De Finanças, favorável.

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 1967

(nº 55-B-67, na Casa de origem), que altera dispositivo da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, que dispõe sobre o Estatuto do Ordem dos Advogados do Brasil, tendo — Pareceres contrários sob nºs 170 e 171, de 1968, das Comissões: — de Constituição e Justiça e de Serviço Público Civil.

5

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 44, de autoria da Comissão Diretora, que denomina "Edifício Isaac Brown", o prédio destinado aos Serviços Gráficos do Senado, tendo Parecer favorável, sob nº 187, de 1968, da Comissão de Constituição e Justiça.

6

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 24, de 1968, de autoria da Comissão Diretora, que nomeia Adélia Leite Coelho, para o cargo de Diretor, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

7

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 183, de 1968, do Senhor Senador Vasconcelos Torres solicitando ao Poder Executivo — Ministério da Fazenda — informações sobre Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

CALENDÁRIO DOS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL.

I

Projeto de Lei número-10, de 1968, (CN), que "Dispõe sobre a utilização Facultativa dos Serviços de Despachantes Aduaneiros e dá outras providências". — Presidente Senador José Ermirio; Relator Deputado Leon Peres.

Dia 23- — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 10,00 horas na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Dia 2-4 — Apresentação do parecer pela Comissão;

Dia 3-4 — Publicação do Parecer; e Dia 17-4 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21 horas e 30 minutos. Prazo: Início: 14-3-68; término: 22 de abril de 1968.

II

Projeto de Lei nº 11, de 1968 (CN) que "Altera a lei nº 4.767, de 30 de agosto de 1965, promoção de Militares Veteranos da Segunda Guerra Mundial, licenciados do serviço ativo e incluídos na reserva não remunerada". — Presidente: Senhor Paulo Torres; Relator: Deputado Celestino Filho.

CALENDÁRIO

Dias 22, 25, 26 e 28-3 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 16-4 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 10,00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 16-4 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 17-4 — Publicação do parecer e

Dia 23-4 — Discussão do Projeto em Sessão Conjunta, às 21,30 horas. Prazo — Início: 20-3-68; e, Término: 28 de abril de 1968.

III

Projeto de Lei nº 12, de 1968 (CN), que "Dispõe sobre o pagamento de dívidas previdenciárias através de imóveis desonerados, e dá outras providências". — Presidente: Senador Edmundo Levi; Relator: Deputado Hamilton Prado.

CALENDÁRIO

Dias, 25, 26, 28 e 29-3 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 16-4 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator;

As 21,00 horas na sala da Comissão de Finanças do Senado Federal; Dia 16-4 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 17-4 — Publicação do parecer; e

Dia 24-4 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21,30: horas, Prazo — Início: 20-3-68; e, Término: 29 de abril de 1968.

COMISSÕES MISTAS NA FORMA DO ART. 29 LETRA "B", DO REGIMENTO COMUM.

1

Comissão Mista, destinada ao estudo dos problemas agropecuários e seu reflexo na Economia Nacional. Presidente: Senador Fernando Corrêa; Relator: Deputado Breno da Silveira.

Dia 26-3 — Depoimento do Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, Deputado Herbert Levy.

Local: Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal; Hora: As 10,00 horas.

Dia 26-3 — Depoimento do Doutor Roberto Selmi Dei.

Local: Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Hora: As 15,30 horas.

Comissão Mista, designada ao exame da Legislação Cafeeira e a Estrutura do Instituto Brasileiro do Café. Elaborar Projeto de Lei que atualize e consolide aquela legislação e que reestruture essa Autarquia, Presidente: Senador Carvalho Pinto; e, Relator: Deputado José Richa.

Dia 27-3 — Reunião da Comissão; Assuntos: Deliberações;

Local: Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal;

Hora: As 15,00 horas.

PROJETO DE RESOLUÇÃO QUE SE ENCONTRA SOBRE A MESA PARA RECEBER EMENDAS (2º DIA)

PR nº 23-68 — Da nova redação ao artigo 90-A do Regimento Interno, que dispõe sobre a competência da Comissão do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 10,45 horas)

ATA DA 26ª SESSÃO, EM 26 DE MARÇO DE 1968

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDENCIA DOS SRS. CATTETE PINHEIRO E RUI PALMEIRA

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena

Arthur Virgílio

Milton Trindade

Cattete Pinheiro

Menezes Pimentel

Dinarte Mariz

Wilson Gonçalves

Dinarte Mariz

Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
João Cleofas
Pessoa de Queiroz
José Ermírio
Teotônio Vilela
Rui Palmeira
Júlio Leite
Aloysio de Carvalho
Carlos Lindenberg
Paulo Torres
Aarão Steinbruch
Mário Martins
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Nogueira da Gama
Carvalho Pinto
Lino de Mattos
Filinto Müller
Adolpho Franco
Attilio Fontana
Guido Mondin
Daniel Krieger

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

**EXPEDIENTE
OFÍCIO**

Do Sr. Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil, nos seguintes termos:

Of. nº 326-SAP-68

Em 25 de março de 1968.

Excelentíssimo Senhor Primeiro Secretário:

Tenho a honra de restituir a Vossa Excelência em face do que dispõe o § 4º do artigo 62 da Constituição, os autógrafos relativos ao Projeto de Lei Complementar nº 17, de 1967, resultantes de vetos parciais não aceitos pelo Congresso Nacional.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração. — Rondon Pacheco, Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil.

Parecer nº 240, de 1968

Da Comissão de Projetos do Executivo sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1968 (nº 956-B-68 na Casa de origem) que dá nova redação ao art. 3º, do Decreto-lei nº 210, de 27 de fevereiro de 1967, que estabelece normas para o abastecimento de trigo, sua industrialização e comercialização e dá outras providências.

Relator: Sr. José Ermírio de Moraes.

A presente proposição objetiva entender o monopólio estatal das importações de trigo em grão às importações da farinha daquele cereal. O Governo foi levado a encarar seriamente o problema em face da pleto-ria de importações de farinha de trigo e demais derivados, que, pelo seu volume, ameaçava um status "de imprevisíveis consequências para o parque moageiro implantado no País.

O assunto, pela sua gravidade, foi incluído na pauta de debates do Conselho Nacional do Abastecimento, — que chegou as seguintes conclusões:

a) na conformidade do que estabelece o Decreto-lei nº 210, de 27 de fevereiro de 1967, o Governo é único e exclusivo comprador do trigo em grão, destinando-o em sua totalidade à industrialização;

b) o volume de trigo em grão adquirido (nacional e estrangeiro) é determinado em função das necessidades de consumo do produto industrializado, isto é, transformado em farinha, na base de 78% de extração do grão;

c) o parque moageiro nacional dispõe de grande capacidade ociosa, comparativamente às necessidades de consumo de farinha e derivados;

d) essa ociosidade, ademais, — onera o custo da farinha produzida, extraída do trigo em grão que é colocada à venda, pelo Governo, aos moinhos por preço no qual se inclui, ainda, uma parcela destinada a proteger a triticultura nacional (Decreto número 60.698, de 8 de maio de 1967);

e) as farinhas que eventualmente viessem a ser importadas, tendo em conta, sobretudo, o subsídio à exportação que em geral recebem nos países de origem, viriam competir vantajosamente com a nossa produção, prejudicando inteiramente a política traçada pelo Governo com relação ao trigo e seus derivados.

Assim — e considerando que a alteração tem como objetivo o interesse do País — opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 21 de março de 1968. — Wilson Gonçalves, Presidente. — José Ermírio, Relator. — João Cleofas. — Arthur Virgílio. — Carlos Lindenberg. — Eurico Rezende. — José Leite.

Parecer nº 241, de 1968

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1968 (nº 961-B-68), que autoriza o Poder Executivo a permutar imóvel de propriedade da União com a Associação Leopoldina Juvenil, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Sr. Eurico Rezende.

O projeto ora submetido à nossa consideração decorreu de solicitação do Poder Executivo e tem por objeto autorizá-lo a permutar imóvel, de propriedade da União, com a Associação Leopoldina Juvenil, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Na Exposição de Motivos que acompanha a Matéria, o Sr. Ministro da Aeronáutica assim se expressa:

“O Ministério da Aeronáutica adquiriu, há tempos passados, um imóvel na cidade de Porto Alegre, que, vem, servindo de residência oficial do Comandante da 5ª Zona Aérea, sediada no Estado do Rio Grande do Sul.

Esta residência, situada em terreno limítrofe a Associação Leopoldina Juvenil, entidade associativa de larga difusão na sociedade sul rio grandense, foi aos poucos envolvida pelo desenvolvimento do Clube, chegando, — atualmente, a constituir uma incrustação na delimitação daquela entidade, que a envolve por três de seus lados.

Face o acima, aquela entidade entrou em ligação com o Comandante da 5ª Zona Aérea, propondo a permuta do imóvel sito à rua

Dr. Timóteo, nº 639, de propriedade deste Ministério, por outro à rua Portugal nº 973, que seria adquirido pela Associação Leopoldina Juvenil.

Accepta a proposta, a referida entidade entrou em ligação com o proprietário do imóvel e o adquiriu para efetivação da permuta proposta.”

Como se vê, trata o projeto de permutar imóveis entre a União e uma associação juvenil gaúcha, a ser realizada sem ônus para o Erário. A operação, segundo esclarece o Senhor Ministro da Aeronáutica, se fez revestir de todas as providências legais cabíveis, entre elas a avaliação dos imóveis e parecer favorável da Delegação do Serviço do Patrimônio da União, de Porto Alegre.

Entendemos, ante o exposto, suficientemente acautelado o interesse público e nada tendo a objetar ao projeto, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21 de março de 1968. — Wilson Gonçalves, Presidente. — Eurico Rezende, Relator. — Carlos Lindenberg. — Arthur Virgílio. — João Cleofas. — José Leite.

Parecer nº 242, de 1968

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1968 (nº 961-B, de 1968, na Câmara, que autoriza o Poder Executivo a permutar imóvel de propriedade da União com a Associação Leopoldina Juvenil, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Sr. Leandro Maciel.

Com a Mensagem nº 26, de 1968, o Sr. Presidente da República submete ao Congresso projeto de lei autorizando o Poder Executivo a permutar imóvel de propriedade da União, com a Associação Leopoldina Juvenil, de Porto Alegre.

Na Exposição de Motivos que acompanha o Projeto, o Sr. Ministro da Aeronáutica histórica os entendimentos havidos com relação ao assunto.

Assim é que, a Secretaria de Estado em questão, adquiriu, há algum tempo, na cidade de Porto Alegre, imóvel para residência oficial do Comandante da 5ª Zona Aérea, com sede no Estado do Rio Grande do Sul.

Essa residência situa-se em terreno limítrofe aos terrenos da Associação Leopoldina Juvenil, a qual, tendo desenvolvido suas atividades, foi aos poucos adquirindo áreas próximas, chegando a envolver aquele imóvel por três de seus lados.

Ante essa circunstância, a entidade interessada promoveu entendimentos junto ao Ministério da Aeronáutica, buscando permutar o referido imóvel por outro, situado na rua Portugal nº 973, a ser adquirido caso lograssem êxito as negociações necessárias.

Accepta a proposta, procederam-se as medidas legais cabíveis, tais como: avaliação, audiência do Serviço do Patrimônio da União etc.

Vale ressaltar, do exposto, dois aspectos: 1º — a permuta vindicada não acarreta despesa para o Erário; 2º — a operação revestiu-se das cautelas exigidas face ao interesse público que a envolve.

Isto posto, manifestamo-nos favoráveis ao projeto.

Sala das Comissões, em 20 de março de 1968. — Argemiro de Figueiredo, Presidente. — Leandro Maciel, Relator. — Clodomir Millet. — Pessoa de Queiroz. — João Cleofas. — Manoel Vilela. — Júlio Leite. — José Leite. — Fernando Corrêa.

Parecer nº 244, de 1968

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1968 (nº 971-B-63, na Casa de origem) que dispõe sobre o regime de previdência social dos servidores e empregados das autarquias controladoras do exercício profissional.

Relator: Sr. José Ermírio de Moraes.

O presente projeto, oriundo da Mensagem Governamental, tem a recomendação elevado sentido social. Instituídas por lei e por leis regulamentadas, as autarquias que exercem o controle do exercício profissional no País têm sido relegadas no tocante ao amparo de seu pessoal. Desempenhando atribuições do maior relevo, as Ordens, os Conselhos e organismos congêneres não dispunham de um sistema amplo de auxílio, limitando-se a obter, através do IPASE, pensão e pecúlio, arroladas apenas como beneficiários-família.

Até então o ônus da aposentadoria recaía sobre a própria autarquia, a maioria delas sem receita para a dimensão do encargo. Frise-se, aliás, que a clareira do benefício já foi aberta com o reconhecimento de direitos previdenciários à Ordem dos Médicos e aos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade.

Enquadrados, agora, dentro da sistemática da Lei Orgânica da Previdência Social, os servidores a que a lei se refere têm atendida importante e justa reivindicação.

O presente projeto é justo e está em paz com o interesse público.

Sala das Comissões, em 21 de março de 1968. — Wilson Gonçalves, Presidente. — José Ermírio, Relator. — Carlos Lindenberg. — Arthur Virgílio. — João Cleofas. — José Leite. — Eurico Rezende.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Requerimento nº 272, de 1968

Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno, requero a Vossa Excelência providências no sentido de ser encaminhado, ao Senhor Ministro da Agricultura, o seguinte pedido de informação:

Quais as providências que estão sendo tomadas no sentido de aproveitar o excesso de produção de leite no Estado do Espírito Santo.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1968. — Raul Giuberti.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — O requerimento que foi lido não depende de apoio nem de deliberação do Plenário. Será publicado e, em seguida, despachado pela Presidência. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Requerimento nº 273, de 1968

Senhor Presidente,

Requero, nos termos regimentais, a inscrição nos Anais do Senado da aula inaugural do Programa de Formação de Assessores e Executivos do Centro Nacional de Produtividade na Indústria, proferida pelo Senhor Ministro da Indústria e Comércio, General Edmundo de Macedo Soares

e Silva, por se tratar de documento através do qual Sua Excelência, com eloquência e lucidez, traça rumos válidos para a formação de quadros humanos no país, como elemento essencial ao desenvolvimento econômico e social e a integração do Brasil, na era da tecnologia.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1968. — **Julio Leite, ARENA-SE.**

O SR. PRESIDENTE:

(*Cattete Pinheiro*) — O requerimento que acaba de ser lido será publicado e encaminhado à Comissão competente. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE:

(*Cattete Pinheiro*) — A Presidência recebeu ofício do Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil restituindo, em face do que dispõe o § 4º do art. 62 da Constituição, os autógrafos do Projeto de Lei Complementar nº 17, de 1967, resultantes de vetos parciais não aceitos pelo Congresso Nacional.

Esta Presidência promulgará as partes mantidas pelo Congresso Nacional. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

(*Cattete Pinheiro*) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANNA:

(*Não foi revisto pelo orador*) — Sr. Presidente, nobres Senadores, não uso da tribuna neste instante representando o pensamento da nossa bancada. Assunto, portanto, unicamente eu, em meu próprio nome, a responsabilidade das palavras que vou pronunciar. O nosso discurso versará sobre a tese da denominada "pacificação nacional". É assunto discutidíssimo em todas as rodas políticas deste País. Em qualquer parte do território nacional debate-se a tese da pacificação e pergunta-se se o MDB, partido de oposição, vai aceitá-la, encampá-la, e por quê.

Reconheço, Sr. Presidente, que o ilustre Governador da Bahia, Senhor Luiz Viana Filho, é um político inteligente, culto, sagaz.

O que ele não possui, a meu ver, é competência política para entender-se com a Oposição, e lhe propor a pacificação.

Que é pacificação? Nem mesmo S. Exa. a conceituou. É entendimento visando a volta do País à normalidade democrática? É entendimento dando-se ao povo aquele direito que lhe foi extorquido, de escolher, livremente, o Chefe do Executivo Federal, o Presidente da República?

Pacificação é anistia, é acordo das partes conflitantes, para o fortalecimento da democracia representativa, pela modificação da Lei Eleitoral vigente e da reforma constitucional que facilite e propicie a criação de outros Partidos políticos, devolvendo ao povo o direito de usar as mesmas denominações desses Partidos, quando do seu aniquilamento, da sua destruição pelo poder discricionário?

Que é pacificação? É compreensão para a volta dos banidos ao exercício pleno de suas atividades político-partidárias?

Afinal, que é pacificação? Conciliação ou abdicção? Visando o quê?

Até hoje, nem uma palavra do governador da Bahia, que conhecemos, acerca desse assunto que vem realmente despertando interesses, polémicas, discussões e desentendimentos, quer na área da ARENA, quer na área do Movimento Democrático Brasileiro?

Quem delegou poderes, ao Governador da Bahia, para iniciar um movimento até agora incolor, politicamente inodoro; quem delegou esses poderes? Para iniciá-lo talvez não houvesse necessidade de delegações, mas para concluí-lo há um poder maior que o de S. Exa. o Governador da Bahia.

Não discuto as suas intenções. Cidadão que teve neste País a responsabilidade de assessorar o ex-Presidente da República, sendo um dos seus porta-vozes prediletos, ninguém sabe hoje que papel exerce. Como delegado da revolução, do Poder Revolucionário, defendendo a estrutura de que foi um dos paladinos?

Sr. Presidente, afinal há alguém, há um grupo por trás do Governador da Bahia, em torno dele ou com ele, na defesa desta tese, ou S. Exa. age de *moto próprio*?

O nobre Senador Antônio Balbino, analista penetrante dos problemas políticos do País, sobre a pacificação promovida pelo Governador da Bahia declara textualmente:

"Não existe até o momento qualquer proposta de pacificação, qualquer dado concreto".

Não existe qualquer dado concreto, qualquer proposta de pacificação. O que existe então?

Por que conversamos sobre o abstrato?

Continuou S. Exa.:

"Até o momento a pacificação pode ser, no máximo, um estado de espírito, do qual participem líderes interessados no diálogo democrático acima das divisões partidárias.

A pacificação apenas se cristalizaria caso houvesse, da parte do Governo, uma proposta concreta.

Já confessou S. Exa. que essa proposta não existe.

Um plano ou um programa mínimo de ação política que pudessem ser apresentados à oposição. Não houve até aqui.

Para que os políticos dialoguem, há necessidade da intervenção dos partidos aos quais eles pertencem?

Não perdemos o direito de dialogarmos, de trocarmos idéias, de conversarmos sobre assuntos do nosso interesse, do interesse das nossas regiões, do interesse do País. Mas como um partido dialogar com um cidadão que não está investido de certos poderes para decidir sobre problemas nacionais, de interesse nacional, de grande repercussão nacional e, até mesmo, internacional?

O Senador pela Bahia, ex-Governador Antônio Balbino, continuou:

"O que aconteceu até agora foi a declaração de intenção do Governador Luiz Viana Filho, propondo a pacificação."

Declaração de intenção. Estamos discutindo sobre intenções. Apenas sobre intenções. Não houve qualquer repercussão dessa tese na ARENA. Esta, até agora, se conserva insensível como se tese, como a que acabamos de mencionar, não existisse.

Parece que o verso camoniano está na mente dos sagazes líderes da ARENA:

"Cessa tudo quanto a antiga musa canta, que outro valor mais alto se alevanta."

Ela acha que há outro valor muito mais alto, que é quem pode decidir sobre pacificação no Brasil, é quem pode decretar a volta do País à normalidade democrática, é quem pode estabelecer as premissas para a volta deste País à plenitude do sistema democrático de Governo.

Se não estamos numa ditadura, a nossa democracia é frágil, é incipiente.

Sr. Presidente, pergunto, novamente: qual a manifestação, até agora, da única autoridade política, no campo partidário-político, que é a ARENA, sobre a denominada pacificação promovida pelo Governador da Bahia, Luiz Viana Filho?

Continua o partido governista silencioso, como que espiando maré, como se diz lá no Nordeste, aguardando acontecimentos sabendo que o poder de decisão ainda é do Presidente da República e, se houvesse um conselho revolucionário, desse conselho, através do único órgão político competente para exercê-lo. Qual esse órgão político? A própria ARENA.

Sabe o partido governista que nunca faltou a Oposição lealdade para com o povo, disposição de luta a favor do povo. Nunca faltou a Oposição, sabe o partido governista, patriotismo para votar quantos projetos cheguem, visando as soluções de problemas nacionais.

E temos este sinal que surgiu, essa incompreensível pacificação. Sabe a ARENA, como o MDB, que o diálogo democrático é da essência da democracia representativa e que, pelo menos no Congresso Nacional, nunca faltou esse diálogo. Sabem todos que o que há de bom, na Constituição Federal, no campo das garantias aos direitos individuais e coletivos, é fruto de entendimentos dos dois Partidos, só quebrado, à última hora, pelos motivos que todos nós conhecemos e que não vêm a pelo analisar-se.

O Senador Daniel Krieger já falou, expressamente, sobre a doutrina da pacificação, apreçada pelo Governador da Bahia. Dizem alguns que essa doutrina ainda se encontra nos espaços etéreos, não desceu ainda, não se encarnou, ainda está, segundo o Senador Antônio Balbino, no domínio das intenções.

Sr. Presidente, enquanto nós tivermos neste País apenas duas organizações político-partidárias, não haverá possibilidade de pacificação dos espíritos políticos.

Continuamos defendendo a tese de que, se havia, antes do movimento armado de 1964, inquietação, fruto, segundo alguns apregoavam, da existência de uns 12 ou 13 organismos políticos partidários neste País, muito mais inquietações existe hoje e muito mais desentendimentos, por existirem, apenas, duas organizações político-partidárias, por consentimento, dentro das quais há elementos deslocados, em virtude de só haver dois partidos no País. Surgem, então, problemas, os mais cruciantes, os mais terríveis no campo da política nacional. Principalmente a existência de duas agremiações, eliminação do processo político brasileiro multiclasse de jovens, multidão de trabalhadores que, antigamente, se abrigavam nesses treze órgãos político-partidários, revelando-se, expondo seu pensamento doutrinário, formando nova mentalidade, atraindo o povo para a luta, para a disputa de cargos eletivos.

Agora, não sei se o aspecto da ditadura esclareceu a ditadura da cúpula de dois partidos. Pertencendo ao Diretório Nacional do meu partido, tendo plena autoridade para fazer esta proclamação.

Ai daquele, ou daqueles que não estejam na simpatia, que não gozem da simpatia da cúpula do seu partido, em cada Estado. Jamais, será candidato a qualquer posto eletivo, jamais terá vez o que se encontra à frente do grupo dirigente; as vagas são poucas e homens de grande va-

lor são alienados do processo político brasileiro.

Eu não estou muito de acordo com a tese de que só os homens de prestígio, em cada partido, participam do processo dirigente. Num dado momento, entraram uns e, dificilmente, caíram. É natural isso. Sempre foi assim e será assim, até quando não sei.

Eu não estou condenando os partidos; condeno os sistemas.

É bom que se entenda a minha tese. E não estou falando em caráter de líder de partido, porque nunca perdi as minhas características de cidadão com direito de fazer as críticas que acho justas. O próprio Poder econômico nunca teve tanta vez como está tendo agora. Corromper a coletividade não é fácil; difícil é corromper um grupo que tenha doutrina; fácil é corromper quem não tenha doutrina alguma.

E temos, em ambos os partidos, grupos heterogêneos que continuam, em cada um deles, com a sua ideologia própria, peculiar, que não abdicaram dos princípios que informavam e informam a sua personalidade política.

Não pode haver pacificação, mesmo a pacificação dos espíritos para o bom entendimento de certos problemas, quando a maioria rege a organização de outros partidos políticos neste país.

Eu não estou dizendo que não estou satisfeito no M. D. B. — nunca disse tal coisa. Mas se eu estivesse proclamando a minha grande satisfação de estar no M. D. B., ainda assim, estaria defendendo essa mesma tese: dois partidos não podem, não devem impedir — criando obstáculos legais imensos e quase intransponíveis, se não intransponíveis — a criação de novos partidos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o *Correio da Manhã* de hoje, num artigo sob o título "Dilema", aplica esta frase quando se refere a um pronunciamento do Governador José Sarney:

"Organizar partidos políticos autênticos significa abrir, em sua plenitude, o processo democrático."

Mesmo que esses dois partidos sejam autênticos, genuínos, doutrinariamente verdadeiros, se os dois fechassem as portas da lei para a organização doutros, estariam transgredindo os princípios democráticos que os dois porventura estivessem defendendo.

A seleção natural é feita pelo povo. É o povo que elimina. Se a velha Inglaterra adotasse essa tese esdrúxula da existência de dois únicos partidos, que seriam os representantes da vontade popular, jamais o Partido Trabalhista teria ido ao Poder, jamais o Partido Liberal estaria se recuperando, como está agora.

Mas, lá, existe o Partido Comunista. Lá, existem outros partidos. Na própria América do Norte, há muitos partidos disputando eleições, e o povo é quem faz a triagem, é o povo quem faz a seleção.

Sr. Presidente, o próprio ex-Governador de Minas Gerais, o Chanceler Magalhães Pinto, num jornal, também de hoje, fala sobre pacificação, nestes termos:

"Sobre a tese de pacificação política, coordenada pelo Governador da Bahia, disse o Sr. Magalhães Pinto que continua entendendo que ela só será válida na medida em que representar um possível desdobramento da aquela que ele próprio preconiza: a pacificação da família real."

clonária, tornando a integrar num mesmo sistema político homens que dele se afastaram por motivos diversos, mas que continuam imbuídos do mesmo espírito que arrancou o País ao caos há exatamente quatro anos.

Princípio primeiro: o Chanceler Magalhães Pinto reconhece que a área da Revolução precisa ser pacificada. Logo, há desentendimentos profundos, há discordâncias profundas.

Não admite que se proponha à Oposição a tese da pacificação, quando a ARENA não está pacificada, quando a área revolucionária não está pacificada, quando há desentendimentos.

E continua o artigo:

Ressalvou, entretanto, que este "toque de reunir" não abraça aqueles que, como o ex-Governador Carlos Lacerda, hoje se colocam em franca oposição ao regime. Julga que uma pacificação de âmbito nacional só teria sentido prático e obteria resultados concretos, na medida em que houver motivação para a participação do povo no processo de desenvolvimento.

Então ele vai à raiz do problema. Qual a sua participação no processo de desenvolvimento do País? Qual sua participação no processo político do País? Quando é eliminado de participar dele, através dos óbices que foram criados.

Eu dizia que estamos chegando ao sistema, ao processo do poder econômico, da corrupção, das tentações de napoleônicos que serão tentados pelo poder econômico, para indicar determinados nomes nas chapas eleitorais, sem que qualquer reação se possa fazer sentir.

Vamos impor ao povo poucos nomes em cada Estado. É uma democracia emasculada, sem sentido, preme de contradições, e por isso o povo se vem manifestando desinteressado.

Houve, no passado, na época do Imperador Pedro II, uma tentativa, que deu resultados de pacificação política brasileira e que se concretizou no Ministério da Conciliação, presidido por Paranaguá, Ernesto Carneiro Leão. Ele diz mesmo que:

"A política de conciliação preparou homens novos para o governo, permitiu o aproveitamento de todos os capazes no serviço público, contribuiu poderosamente para a remodelação, que veio mais tarde, de nossos partidos políticos que, no ocaso de monarquia, 'portavam sem se excluírem, substituíam-se sem se exterminarem'."

Logo mais, o visconde de Abaeté, presidente do Conselho de Ministros, pronunciou algumas palavras na Câmara dos Deputados sobre a conciliação, que hoje tem o nome de pacificação — ninguém sabe bem.

"Não sendo, pois, a conciliação um sistema de política, quando que o gabinete não deveria considerá-la como tal; e é por este motivo que o discurso da coroa não empregou esta palavra, e a substituiu por estas — justiça e moderação. Não se trata de justiça aplicada a política; trata-se da justiça que protege todos os interesses legítimos, que defende todos os direitos; da justiça que vigia incessantemente sobre a fiel execução da Constituição e das leis."

Conciliação, para Abaeté, é isto: o cumprimento de uma Constituição democrática, justiça que vigiasse incessantemente o cumprimento e a

fiel observância da Constituição e das leis.

E, logo mais, ouvimos esta declaração de Antônio Paulino Limpo de Abreu:

"Nem mesmo o seduziam mais os encantos da política de conciliação..."

Por quê? Antes merecera o seu decisivo apoio como Ministro de Estado. Mas por que se desencantara ele? Textualmente:

... porque esta se tornara um simples eufemismo para disfarçar a fuga de uns para o campo liberal e de outros para o campo conservador."

A política de conciliação dera nisto: justificava a passagem de uns do Partido Liberal para o Partido Conservador e de outros do Partido Conservador para o Partido Liberal. Porque os dois Partidos se confundiam de tal maneira que eram como que um só.

Não creio que este tenha sido o objetivo do Governador da Bahia, Sr. Luís Viana Filho: confundir de tal modo a oposição que levasse os seus membros com a maior naturalidade a trocarem de posição, proclamando-se o mesmo para os membros da ARENA.

Não há conciliação? Não há paz? Não somos a mesma coisa, da mesma substância e essência? Não acolhamos o mesmo Governo? Então tanto faz estar aqui como acolá.

Se não deu resultado àquela época, quando havia o poder moderador, que era imenso, de Pedro II, dia hoje? E naquele tempo havia o parlamentarismo, o sistema era diferente do nosso.

Será que o Governo perdeu a força para traçar diretrizes? Já naquele tempo se dizia, Ministros de Estado proclamavam, grandes figuras do Império proclamavam, como Nabuco:

"Os partidos, em nossa terra, não podem coisa alguma contra a vontade do Governo, e só a fraqueza do poder e a pouca vontade de os sujeitar a disciplina é que traz as derrotas, quando os tem havido."

Não estou aplicando o princípio à época atual porque reconheço que o Governo é forte, que quando quer, quer.

Termino, Sr. Presidente.

Os jornais não se cansaram de falar sobre essa tese, de discutí-la, de debatê-la. Nós ainda não estamos cansados de tratar do assunto, mesmo quando nosso partido está se reunindo para decidir sobre esta tese.

Quem é contra a pacificação política deste País? Quem é contra a tese de que os condenados têm o direito elementar de defesa? Quem é contra? Quem é contra, no nosso partido, à tese da anistia, que é uma tradição no Brasil, e que foi defendida alguns por um dos militares que se tornou o nome tutelar do Exército brasileiro, o seu paradigma, que foi Caixas? Quem hoje é contra as eleições diretas, pelo voto secreto para escolha do Presidente da República? Quem é contra as grandes reformas que se traduzam no desenvolvimento nacional, no desenvolvimento econômico deste País, doutrina com tanta maestria pregada e defendida por homens até nossos adversários, como o Senhor Magalhães Pinto?

Sr. Presidente, para dialogarmos, para aprovarmos leis em benefício de nosso povo, para defendermos teses que se traduzam no reconhecimento desse poder nacional de decidir da sua própria sorte, da sorte deste país, não há necessidade de conversas de partidos ou indivíduos, mesmo porque nós somos radicalmente con-

tra o individualismo no campo político. Só as coletividades, através dos elementos escolhidos por elas, com competência para falar em nome delas, só as coletividades políticas decidem. Vamos esperar uma resposta da ARENA, concreta, para então, nos reunirmos e decidirmos.

O MDB, com delicadeza, humildade, permitiu que o seu Presidente ouvisse o convidante para saber o que desejava e, agora, nós já sabemos. Pela voz do Senador Antônio Balduino nós já sabemos perfeitamente que nada de positivo, nada de concreto, pois tudo não passou de intenções que o Governador da Bahia não fez nenhuma proposta.

Por isso, Sr. Presidente, justifico perante o povo oposicionista o meu voto de gabinete para que cessemos estas conversas, em nome de nosso Partido, com quem não tem competência para decidir. Qualquer de nós, repito, pode conversar, deve trocar idéias, deve dialogar, mas não em nome do Partido, que agora vive a dar explicações ao povo, a quantos o procuram e sem saber como explicar o inexplicável.

Sr. Presidente, espero, deseje sinceramente que o Governo Federal, que a ARENA e o Sr. Presidente da República e o Executivo, em se entendendo, em se harmonizando, proponha algo de concreto, para que possamos nós da Oposição apreciar, debater, discutir o pluralismo para a pacificação dos espíritos, medidas efetivas contra o imperialismo econômico das poderosas nações, sejam elas quais forem, a fim de que emergindo, o Brasil possa se apresentar forte, coeso perante as nações nos debates internacionais.

Sr. Presidente, restauram-se as liberdades sindicais, os grandes princípios que todos nós, democratas, vimos defendendo neste país, inclusive aquele do direito de pronunciamento dos cidadãos brasileiros, sem medo e sem temor. O *Correio da Manhã* tem razão, e os jornais que advogam esta tese: está aí o mundo comunista debatendo. Que teses está debatendo o mundo comunista? As teses da liberdade dos homens e dos cidadãos, através da voz admirável de uma juventude inconformada, que está inconformada ali como está aqui. E, sem liberdade de debatermos, de nos organizarmos, como se propõe tese de pacificação que ainda está no etéreo e no domínio da fantasia? (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Tem a palavra o Sr. Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a última semana foi marcada por três fatos significativos na paisagem política do País: o encontro do Ministro Hélio Beltrão com uma parcela da representação parlamentar da ARENA; o artigo do Marechal Poppe de Figueiredo sob o título "Revolução e Desenvolvimento" e o comício do MDB e da Frente Ampa, em São Caetano do Sul, no Estado de São Paulo.

Os três acontecimentos coordenam-se, fixando certas diretrizes que são essenciais à restauração da normalidade política no Brasil.

Depois de longo período de negação do valor da política e dos políticos, de recusa à influência da política no processo de desenvolvimento social e econômico, o Governo, afinal parou. E, por um de seus Ministros, refletiu sensatamente. Comparando a encontro com a representação da ARENA, o Ministro do Planejamento reconheceu esta verdade elementar: "A preliminar política é indispensável à solução de qualquer problema técnico".

Afinal, houve alguém que no Governo da Revolução, se compenetrava de que não há, nem pode haver, divorcio entre administração e política, entre processo político e progresso social e econômico.

O que é óbvio entre pontos de mediana vida democrática custou, no Brasil, quase quatro anos de erros e de equívocos do poder discricionário.

A tecnocracia pretende negar os valores do pensamento político e da ação política, esquecida de que, no plano do Estado, não há pensamento técnico que possa sobreviver e produzir resultados eficazes se se desvincular das diretrizes políticas visto que elas é que traçam as opções de Governo.

Quase quatro anos de desenvolvimento encontraram, entre a revisão na palavra do Ministro do Planejamento.

Se é de louvar-se a mudança de comportamento do Governo, menos não se há de lamentar o tempo decorrido, que graves efeitos produziu para o desenvolvimento da economia pública do país e para o desenvolvimento das soluções políticas adequadas.

Mal, porém, o Ministro do Planejamento, revendo os erros cometidos do Governo, fez esse pronunciamento, eis que um Marechal do Exército cobre essa atitude com um documento que precisa ser analisado e refletido, e incluído e por parte dos dirigentes revolucionários.

Esse documento não reflete a palavra ou o pronunciamento de um militar estranho à Revolução, ou o contrário. Traduz, exatamente, o pensamento de um Marechal, o Marechal Poppe de Figueiredo, que, em 1964, era o Comandante do III Exército.

Decorrido esse período de poder discricionário, mesmo depois da superveniência da Constituição de 1967, o Marechal passou a reexaminar o curso da revolução e resume, nesse documento, suas reflexões sobre os erros cometidos pelos que, em nome das Forças Armadas e com a garantia delas, assumiram e dominam o poder. Sem negar a revolução de que participou, e opinando, declaradamente, com o propósito de colaborar para revisão de rumos, o Marechal Poppe de Figueiredo raciocina, entretanto, com a serenidade de um brasileiro preocupado com a sorte do País e, não, com o domínio de uma parcela ou de uma classe. Assim, reconhece ele algumas verdades que têm sido reiteradamente proclamadas pela Oposição e insistentemente negadas pelo Governo. São do Marechal Poppe de Figueiredo, neste documento, *Revolução e Desenvolvimento* publicado na edição de domingo do "Jornal do Brasil", em seu caderno especial, estas conclusões, dignas de meditação particularmente — repito — pelos homens do Governo.

"A realidade — 'proclama o Marechal' — é que o Povo não está satisfeito. Há um desânimo generalizado, apatia, indiferença pelas coisas do País."

E adiante, depois de expor o quadro que justamente considera de desânimo:

"A revolução não conseguiu, apesar do seu esforço, incutir, no Povo brasileiro, 'o espírito de desenvolvimento'. Há um completo divorcio, Povo-Governo. Este é como um corpo estranho, apenas tolerado, para a grande maioria dos brasileiros. Em consequência, deixa de ser empregada a melhor arma, talvez, de combate à inflação que é o crescimento econômico acelerado."

E nesse passo, raciocinando como um homem público que ajunta ao pensa-

mento do político a aptidão do economista, o Marechal assessoria:

"Os planejamentos realizados pelo Governo não encontram ressonância popular, caem no vazio por falta dessa vontade de cooperação".

Perguntar-se-ia: a falta de cooperação não resultaria de incompreensão do povo com referência aos planos do Governo? A distância entre a administração e a comunidade não decorreria de estar a ação do Governo acima da perspectiva do povo brasileiro? Não.

Di-lo ainda, e expressamente, o Marechal revolucionário:

(Lê)

"Depois de meditarmos longamente e de procurarmos sondar a alma de nossa gente, chegamos à conclusão de que ela se isola assim do Governo por não ter influenciado na sua escolha. O povo não se sente responsável por um Governo eleito à sua revelia. E assim sentindo, reage não tomando dele conhecimento, ignorando-o e se mantendo em atitude passiva de fria indiferença ante seus atos".

Estaria dominado por alguma idéia abstrata o ilustre Marechal? Não, Senhores Senadores. Para confirmar a certeza dessa assertiva, basta que atentemos na indiferença geral com que o povo, ainda há dias, assistiu às solenidades comemorativas do primeiro ano do Governo Costa e Silva — digo assistiu no sentido de haver presenciado à distância, alheio, estranho, inteiramente ignorante do que se passava nos círculos oficiais, entre as paredes dos palácios e as palavras de gentileza e atenção política permutadas.

O povo não participou de nada, era como se a solenidade se referisse a fatos passados em outro País.

Diante desta situação, o Marechal Poppe de Figueiredo assinaia que urge a retificação de rumos, inclusive para que as Forças Armadas não se tornem responsáveis pelo que se está verificando no País. Impatriótico será, no seu entendimento, permitir que os desvios de ação política conduzam a julgamento definitivo prejudicial ao comportamento das Forças Armadas.

Este, de fato, é o objetivo que nutrem todos os brasileiros, inclusive os que militamos nas hostes da Oposição. Quando assinalamos os erros da minoria dominante, inclusive da minoria militar dominante, queremos exatamente ressaltar o destino institucional e político das Forças Armadas, para que não sejam elas comprometidas com os desvios de ação dos que, em nome do aperfeiçoamento das instituições democráticas, acabaram por implantar uma ditadura no País. E, em verdade, o fizeram através do pior processo, porque instalaram a ditadura envergonhada, a que não tem ânimo e disposição de proclamar-se como tal. Age como ditadura, procede como ditadura, cria as limitações próprias do regime ditatorial, somente negadas pelos que não têm noção perfeita do que é o regime democrático.

Este é o procedimento do Governo, negado, entretanto, nas declarações formais de seu Chefe e de seus auxiliares. Mas, se se engana uma nação por algum tempo, não é possível enganar-la permanentemente. Se alguns insistem no erro ou têm vocação de agradar, a maioria, entretanto, é rebelde e alcança aquele instante próprio da vida plena de toda nação, em que os erros são tangíveis para, em lugar deles, repôr-se o sistema de normalidade, de acatamento

às liberdades individuais e às prerrogativas da cidadania.

Felizmente, começam os representantes das Forças Armadas a reconhecer os desvios da revolução e a assinalar a necessidade de revisão dos rumos arbitrários impostos à Nação brasileira. E, assim, faz o Marechal Poppe de Figueiredo, reconhecendo a justeza do procedimento do clero nordestino na luta contra a miséria, e proclamando que se tem indagado, silenciosamente, das razões do ânimo de rebeldia da juventude brasileira.

E, depois de todos esses raciocínios, o Marechal Comandante do III Exército em 1964 faz essa observação conclusiva:

(Lê):

Se assim é, se o quadro da atualidade brasileira é o que acabamos de interpretar, se o nosso povo não abre mão de escolher o seu presidente, restituamos a ele esse direito. É preciso que quecessemos, nós que fizemos a Revolução, termos errado ao propor constasse da nova Constituição a eleição indireta para Presidente da República. Tenhamos em 1971 um novo presidente, eleito pelo povo, em sufrágio direto.

Também — pois que é da índole de nossa gente perdoar, esquecer — concordemos em abreviar o prazo da punição imposta pela Revolução, resabelecendo pela anistia os direitos políticos cassados, a partir de 1971.

Sabemos bem o que representa um ato desses para a pacificação dos espíritos e harmonia social, pois o experimentamos em 1930, depois de termos sido revolucionários em 1922, na antiga Escola Militar do Realengo.

Declare o Governo sua intenção de apoiar essas medidas e verá que o Plano Trienal, que acaba de elaborar e que presidirá o desenvolvimento de Brasil em seus restantes anos de governo, não cairá no vazio, como todos que o antecederam. Terá o povo a seu lado e o Brasil poderá caminhar para dias mais felizes.

É possível, Srs. Senadores, divergir do pensamento do honrado militar, num ou noutro ângulo do exame dos fatos que analisou. De nossa parte, por exemplo, pensamos que a anistia não deve ser a partir de 1971, mas próxima. De igual modo, entendemos que não é seguro afirmar-se, como o fez o ilustre Marechal, que no País há calma e ordem, pois o silêncio imposto pela força não significa tranquilidade.

A verdade, entretanto, é que, no conjunto de sua análise, o Marechal Poppe de Figueiredo refletiu o pensamento geral do povo brasileiro. A Nação está insatisfeita, inquieta, inconformada com o regime de opressão a que foi submetida. Se não há maior movimento de agitação, se não há espírito de rebeldia em curso, é porque as circunstâncias dentro das quais o Governo exerce suas atribuições não o permitem.

O Sr. Mário Martins — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento do orador) — Nesse documento, realçado, com a justiça que merecia e com a palavra viva de patriotismo de V. Ex.^a, há de se destacar não só a bandeira, como aquela que a sustenta. Quando se lê esse documento, em que vários vezes o Marechal Poppe de Figueiredo revela a luta íntima que sustentou no sentido de quebrar a sua modestia, de não querer vir atuar, quase que numa posição escoteira, face aquilo que considera urgente a se realizar no País, há duas tonalidades em matéria de in-

vocação de determinadas figuras históricas. Há momentos em que o Marechal Poppe de Figueiredo lembra Benjamin Constant; há outros em que lembra o próprio patrono do Exército, o Duque de Caxias. E por uma dessas coincidências, ambas as figuras históricas são coestaduanas do Marechal Poppe, são fluminenses como ele. De modo que a impressão que se tem é de que é aquela voz do bom-senso da velha província fluminense, que foi tão fecunda na constituição do Brasil — seja quando falava pela voz de Benjamin Constant, ou do Duque de Caxias — mas achando que o episódio deve ser superado pelos deveres para com o futuro. De modo que, pretendendo até, quando V. Ex.^a terminar o seu discurso, pedir a transcrição do documento nos anais do Senado.

Na verdade constitui uma peça histórica que será talvez a pedra inicial de outras que virão para sedimentar uma estrada que nos reconduza ao caminho da democracia.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Diz bem V. Ex.^a, Senador Mário Martins. O documento do Marechal Poppe de Figueiredo é uma peça histórica que merece ingressar nos anais do Senado, como texto para reflexão dos brasileiros e, especialmente, dos políticos.

Esse documento traduz a inquietação que domina o pensamento do homem brasileiro, que, se ainda não se manifesta em gestos de rebeldia, começa, contudo, a refletir-se em manifestações de inconformidade e de reação ao quadro dominante.

Ainda há três dias, na cidade de São Caetano do Sul, no Estado de São Paulo, num período notoriamente distante de eleições, sem um fato emocional, sem um acontecimento ocasional, sem nada de imediato que dissesse respeito ao interesse local, uma multidão se reuniu em praça pública convocada pelo MDB e pela Frente Ampla, para a discussão de problemas do povo e do País.

Tive oportunidade de participar do acontecimento do debate público. Não se limitou a ouvi-lo. Nele interviei; ora com aclamações como, por exemplo, quando eram citados os nomes dos líderes cassados, ora com expressões de repúdio ao procedimento do Governo e à ação de determinadas figuras dele integrantes. E, não obstante a reunião em praça aberta, à noite, e com ameaça de chuva, o povo permaneceu ouvindo quantos oradores se manifestaram, examinando os problemas de política interna e externa. E quem quer que divisasse a massa reunida, via representantes de todas as classes — a classe média, o operariado, os estudantes e, até, membros do Clero, entre os quais o Bispo de Santo André, D. Jorge Marcos.

Participando do debate, nele intervindo, homens do povo revelaram, assim, seu interesse pela modificação da situação dominante no País.

Mas o que ali se verificou tem um outro sentido: o de mostrar ao Governo que o exercício das liberdades democráticas não é subversão, não implica perturbação da ordem pública.

Não é segurança o silêncio imposto pela força. Segurança é o exercício tranquilo dos direitos, em que homens e mulheres possam reunir-se, uns respeitando o pensamento dos outros, todos, porém, limitando-se, nas suas divergências, em nome de interesse maior: do respeito à opinião militante do País.

E foi o que ali se observou: havia os que aplaudia mais o Sr. Juscelino Kubitschek do que o Sr. João Goularte; havia os que exaltavam em aplausos ao Sr. Jânio Quadros, embora este não participe da Frente Ampla.

E' verdade que alguns dos amigos do ex-Presidente Jânio Quadros já se encontravam no comício e traduzindo o seu pensamento, sem que, entretanto, o fizessem em nome do grupo a que, historicamente, estão vinculados.

Essencial é que essas manifestações se operavam dentro do respeito à liberdade de pensamento. Há outro fato singular. Apesar das provocações, através de processos anônimos pretendendo criar-se ambiente de agitação e contrário ao Sr. Carlos Lacerda, este foi aplaudido pelo povo e respeitosamente ouvido, não obstante tratar-se de núcleo populacional caracterizadamente operário.

E' que o povo, sobretudo a massa trabalhadora, que está sofrendo as consequências do arrocho salarial, compreendeu a união dos líderes políticos, antes divergentes, mas agora unidos, não em torno de interesses pessoais, mas em defesa de propósitos superiores vinculados ao destino da Nação.

Assinalando esses três fatos, quero, sobretudo, Sr. Presidente, esperar que o Governo reflita nos seus erros, para corrigi-los, enquanto é tempo.

Não se esqueçam os dominadores de hoje de que, no processo político de todos os povos, não há exemplo de sistema que tenha subsistido indefinidamente pela opressão. Há sempre um momento, por vezes surpreendente para os que governam, em que o povo, a revelia deles, reconquista o direito soberano de escolher seus dirigentes e de fixar seu próprio destino. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Com a palavra o nobre Senador Cattete Pinheiro.

O SR. CATTETE PINHEIRO:

(Lê o seguinte discurso.) Senhor Presidente, Senhores Senadores, o Serviço Especial de Saúde Pública, hoje denominado Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, está ameaçado de extinção, na Amazônia. Isso representa, para as populações que vivem no interior da minha região, um golpe iminível e de consequências terríveis, porquanto retira, do abandonado caboclo amazônico, o único serviço que lhe presta assistência e proteção à saúde.

Estive, semana passada, na Capital do meu Estado e pude avaliar manobra que está sendo posta em prática, justamente num setor de vital importância. O SESP — organização modelar que, durante decênios, atendeu a Amazônia, mantendo hospitais e postos de Saúde, instalando serviços de abastecimento de água ou colaborando no que diz respeito aos esgotos sanitários — está sendo asfixiado, está sendo estrangulado por aqueles que pretendem implantar um mirabolante plano de assistência médica executado e dirigido por profissionais autônomos. Seria parte de novo Plano Nacional de Saúde, pelo qual a grande massa brasileira, sem instrução, sem possibilidades financeiras, não mais teria proteção do Estado, no que se relaciona com a saúde. Assim, miserável e doente, a população amazônica, perderia a assistência do SESP, ficando obrigada a pagar os serviços prestados por organizações privadas, que passariam a executar os programas médico-sanitários.

A campanha que, nos bastidores, atualmente se executa contra o SESP, é nitidamente antibrasileira. Ela atinge a região amazônica — a menos desenvolvida economicamente — na hora em que o País toma consciência dos seus problemas e luta para solucioná-los; ela vem sendo movida às escondidas, a fim de que o povo brasileiro não tome conhecimento de mais esse atentado contra uma região cobijada pelo estrangeiro; ela fere menos o caboclo amazônico do que a

É passado o tempo, passada a sua morte, houve aquela notícia que veio, realmente, confirmar o que era um homem de bem a ocupar uma pasta de tamanha responsabilidade: no seu inventário, na sua herança, possui

havia o que registrar. Um homem que, durante quatorze anos, teve em suas mãos, em plena ditadura, os negócios públicos o Tesouro, como seu guardião!

De modo que não me parece se trate de um ato propositado porque só o fanatismo absoluto, só uma ignorância completa levaria alguém do Ministério da Fazenda a fazer a retirada de um quadro a óleo, foi colocado pelos jornalistas que representavam os vários jornais do Brasil, não só os do Rio de Janeiro, naquela sala, junto ao Gabinete do Ministro da Fazenda.

Tratava-se de homenagem justa — da qual não participei porque era contrário ao Governo — de uma iniciativa espontânea dos profissionais da imprensa, que consideravam Sousa Costa não só um grande Ministro mas alguém que sempre dedicou muito apreço e respeito à opinião dos jornais, à crítica dos jornalistas, não interferindo, jamais, dentro de um jornal para fazer prevalecer o seu ponto-de-vista.

De modo que não seria justo nem cabível que, agora, em outra ditadura, viessem a arrancar aquele quadro, como se Sousa Costa não merecesse mais o respeito dos seus concidadãos.

Assim, fazendo a comunicação em nome da família e, ao mesmo tempo, agradecendo a honra que me foi dada no caso, de ser portador dessa protesto, fico de certa forma orgulhoso em ver que se procurou um homem que não era amigo de Sousa Costa e que por vezes o criticou, durante aquela fase da vida pública brasileira, para ser o intérprete, para reparar uma atitude que não pode ser mantida e, ao mesmo tempo, expressar, em nome do Estado, que represento, mais uma vez publicamente, o reconhecimento ao vulto dessa figura de rio-grandense que foi dos mais nobilitantes em matéria de dedicação à coisa pública, na preservação das coisas nacionais. (Muito bem. Muito bem).

COMPAREM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Goldmarc
Oscar Passos
Edmundo Levi
Lobão da Silveira
Clodomir Milet
Sebastião Archer
Petrônio Portela
José Cândido
Siegfredo Pacheco
Luiz de Barros
Manoel Villaga
Domício Gondim
Arnon de Melo
Leandro Maciel
José Leite
Antônio Balbino
Josaphat Marinho
Eurico Rezende
Raul Giuberti
Vasconcelos Tôres
Milton Campos
Benedicto Valladares
João Abrahão
José Feliciano
Pedro Ludovico
Fernando Corrêa
Ney Braga
Mello Braga

Alvaro Zató

Altavo Catão

Mem. de Sá

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura de expediente que há sobre a mesa.

E' lida a seguinte:

Brasília, em 25 de março de 1968.
Exmo. Sr. Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que a Vice-Liderança da ARENA ficará constituída, na atual Sessão Legislativa, pelos Senhores Senadores Wilson Gonçalves Petrólio Portela, Manoel Villaga e Antônio Carlos.

Desejo comunicar ainda a Vossa Excelência que os Vice-líderes exercem a liderança em toda plenitude conjuntamente com o Líder.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e distinta consideração. — Filinto Müller, Líder da ARENA.

O SR. PRESIDENTE:

(Caltete Pinheiro) — Sobre a mesa requerimentos de informações que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário:

São lidos os seguintes Requerimentos

Requerimento nº 274, de 1968

Sr. Presidente:

Requeiro, na forma Regimental seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro do Planejamento o seguinte pedido de informações:

1º — Está esse Ministério acompanhando os trabalhos da Comissão Intermunicipal de Controle da Poluição das Águas e do Ar (CICPAA), quando as perguntas que vêm realizando o que acusam um alto grau de poluição atmosférica no ABC em São Paulo?

2º — Tem presente esse Ministério ação planejada, apoiando o programa de expansão da Cicpaa, de outros órgãos de iniciativa governamental ou particular, considerando os altos índices de infecções nas vias respiratórias registradas em decorrência da poluição do ar?

3º — Qual esse programa e quais os recursos orçamentários à disposição desse importante setor de defesa da Saúde Pública?

4º — Considera esse Ministério a urgência da medida em face da gravidade que representa para a Saúde Pública da população do ABC, as emissões de 31 fundições que emitem 86,8 toneladas de Aerossóis, 8 produtores de ácido sulfúrico expelindo 269,4 toneladas de anidrido sulfúroso e 28,9 de nevoa ácida, 258 indústrias lançando 1.080 toneladas de anidrido sulfúroso e da Refinaria de Capuava contaminando a atmosfera, diariamente, com 15 toneladas de óxido de enxofre?

5º — Examina esse Ministério os graves riscos que recaem sobre a saúde da população do ABC e adjacências, a limitada ação da CICPAA, fiscalizando, mensalmente, apenas 8 das numerosas indústrias citadas?

Sala das Sessões, 26 de março de 1968. — Lino de Mattos.

Requerimento nº 275, de 1968

Sr. Presidente:

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda o seguinte pedido de informações:

1º — Está esse Ministério considerando a exposição do Sindicato da

Indústria de Aparelhos Elétricos Eletrônicos e Similares (SINAES) de São Paulo, em que solicita a redução de aliquota do IPI para chuveiros, lâmpadas elétricas e refrigeradores a gás a quarenta por cento?

2º — Está, também, considerando a hipótese, aventada na referida exposição, de fazer recair sobre aqueles utensílios, a mesma alíquota aplicada aos fogões de cozinha?

Sala das Sessões, 26 de março de 1968. — Lino de Mattos.

Requerimento nº 276, de 1968

Sr. Presidente:

Requeiro, regimentalmente, que se oficie ao Poder Executivo para que sejam prestadas pelo Ministério da Educação e Cultura, as seguintes informações:

1) Qual a razão do descumprimento da sentença judicial que determinou à Diretoria do Ensino Superior (MEC) procedesse à matrícula dos 334 excedentes de medicina beneficiados com o mandado de segurança que lhes foi concedido?

2) E' do conhecimento do Sr. Ministro que a decisão da Justiça foi proferida há seis meses e que, apesar de amparados pelos tribunais, os mencionados excedentes perderam todo o ano letivo de 1967 e estão ameaçados de perder, também, o de 1968, se imediatas providências não forem tomadas?

Sala das Sessões, 26 de março de 1968. — Aarão Steinbruch.

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Os requerimentos que acabam de ser lidos não dependem de apelo nem de deliberação do Plenário. De acordo com o art. 213, "d", do Regimento Interno serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

Requerimento nº 277, de 1968

Nos termos do art. 212 letra "v", do Regimento Interno, requeiro transcrição nos Anais do Senado do artigo "Revolução e Desenvolvimento", de autoria do Marechal Mário Poppo de Figueiredo, publicado no "Jornal do Brasil", em 24 de março de 1968.

Sala das Sessões, 6 de março de 1968. — Mário Martins.

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — O requerimento será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Sobre a Mesa Requerimentos dos nobres Senadores Siegfredo Pacheco e Adolpho Franco, que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário:

São lidos e aprovados os seguintes

Requerimento nº 278, de 1968

Em 18 de março de 1968

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 42 parágrafo 1º do Regimento Interno, requeiro seja considerado como de licença para tratamento de saúde o período de 1º a 13 do corrente, conforme atestado anexo. — Siegfredo Pacheco.

Requerimento nº 279, de 1968

Nos termos do art. 39 do Regimento Interno, requeiro licença para me afastar dos trabalhos do Senado pelo prazo de 125 dias, a partir do dia 1º de abril de 1968.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1968. — Adolpho de Oliveira Franco.

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Em consequência, os pedidos de licença serão atendidos, na forma solicitada.

Será convocado o Suplente do nobre Senador Adolpho Franco.

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Passa-se a

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1968 (nº 846-B-67 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República que altera e revoga dispositivos do Decreto-lei nº 205, de 27 de fevereiro de 1967 que dispõe sobre a organização, funcionamento e extinção de aeroclubes, e dá outras providências, tendo — Parecer favorável, sob nº 188, de 1968, da Comissão de Projetos do Executivo.

A discussão do projeto foi encerrada na sessão anterior, sendo adiada a votação por falta de quorum.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

O projeto irá à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 1968

(Nº 846-B-67, na Casa de origem) Altera e revoga dispositivos do Decreto-lei nº 205, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização, funcionamento e extinção de aeroclubes, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O atual parágrafo único do art. 5º do Decreto-lei nº 205, de 27 de fevereiro de 1967, passa a constituir o § 1º, ficando acrescentado o § 2º, ambos com a seguinte redação:

“§ 1º Excetuam-se dessa determinação o Aeroclube do Brasil, os aeroclubes das Capitais de Estados, que terão o nome destes, bem como os que forem organizados com o objetivo de servir a grupos de cidades ou municípios, ou com denominação notória que caracterize a região servida.

§ 2º O Aeroclube do Brasil, fundado em 14 de outubro de 1911, e a primeira entidade de aviação brasileira com existência legal, por seu pioneirismo e pela implantação da mentalidade aeronáutica a que deu curso, é considerado integrante das tradições nacionais na área aeronáutica.”

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do art. 11 do Decreto-Lei número 205, de 27 de fevereiro de 1967.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Item 2:

Discussão, em turno único, ao Parecer nº 189, de 1963 da Comissão de Constituição e Justiça,

proferido em atendimento à consulta formulada pelo Sr. Senador Eurico Rezende e que diz respeito à competência do Presidente da República para propor nomes ao Senado Federal, ainda após a Constituição de 1967, visando a efetivação das primeiras nomeações de juizes federais e juizes federais substitutos, dos cargos ainda não providos, e que permanecem abertos, porque as mensagens hajam sido recusadas, ou arquivadas, ou não hajam os aprovados tomado posse. — Parecer no sentido de o Senado examinar as mensagens anteriormente enviadas ou as que em substituição, lhe sejam encaminhadas atento à norma estabelecida na Lei 5.010, relativa às primeiras nomeações (com votos vencidos os Senadores Antônio Balbino, Edmundo Levi e Josaphat Marinho).

Anteriormente, o Sr. Senador Aurélio Vianna encaminhara a Mesa requerimento que tomou o nº 271, de 1968, pedindo adiamento da discussão. Agora, S. Exa. envia à Mesa requerimento pedindo a retirada do anterior.

O Sr. 1.º Secretário vai proceder à leitura do requerimento.

E' lido o seguinte:

Requerimento nº 280, de 1968

Nos termos do art. 211, letra "f", requero a retirada do Requerimento nº 271, de 1968, de minha autoria.

Sala das Sessões, 26 de março de 1968. — Aurélio Vianna.

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Está deferido o requerimento do Sr. Senador Aurélio Vianna. Em consequência, vamos passar à discussão do parecer, em suas conclusões.

Em discussão o parecer.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Com a palavra o Sr. Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, não digo que ocupo a tribuna para apreciar esta matéria experimentando qualquer constrangimento porque não se deve experimentar constrangimento quando se cumpre dever. Gostaria, entretanto, de não ter oportunidade de fazê-lo, uma vez que o exame desta matéria envolve imediatamente a situação de interessados, cujos nomes foram submetidos à apreciação do Senado antes da vigência da Constituição de 1967.

Parece-nos, porém, Sr. Presidente, data venia do parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que o Senado Federal não pode aceitar a conclusão formulada sem desrespeitar os limites de sua competência e o que está inscrito na Constituição Federal. De princípio, é necessário esclarecer que o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça foge ao que lhe foi pedido. E' o que, em termos judiciais, se chama uma decisão extra ou ultra pedido.

Atentem os nobres Srs. Senadores para o problema, visto que o precedente que se quer fixar é extremamente grave.

Do ponto de vista da competência do Senado, do seu dever de preservar a Constituição, afinal em vigor desde 15 de março de 1967, que é o que ocorreu, e que é que se pede?

Sabem os Srs. Senadores que, durante dias seguidos, até a proximidade

de entrar em vigor a Constituição de 1967, o Senado se reuniu apreciando nomes em quantidade, de cidadãos indicados para o cargo de juiz federal.

As sessões multiplicavam-se com Ordem do Dia constando apenas dos nomes indicados, exatamente para que se esgotassem as apreciações de todos antes da entrada em vigor da nova Constituição.

Assim se procedia porque era um samento tranquilo no Senado que, superveniente a nova Constituição, vedado estava ao Senado aprovar nomes de juizes para nomeação independentemente de concurso.

Ocorreu que certos nomes não foram apreciados e o Presidente do Senado determinou o arquivamento das respectivas mensagens. Meses decorridos o nobre Senador Eurico Rezende dirige um requerimento à Mesa, cujos termos precisam ser delimitados, visto que deles extravasou o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O Senador Eurico Rezende pediu ao Presidente do Senado que consultasse a Comissão de Constituição e Justiça sobre se permanecia a competência do Presidente da República de nomear juizes independentemente de concurso, apenas com o assentimento do Senado.

Para evitar dúvidas, convém que se acompanhem alguns dos trechos do documento denominado requerimento.

Depois de se referir às indagações, diz o Senador Eurico Rezende:

"A respeito das últimas ou, seja, as que não foram apresentadas até 15 de março de 1967, V. Exa. determinou seu arquivamento por considerar prejudicadas as respectivas mensagens, e, nos termos do artigo 257 do Regimento Interno, com despacho previsto no artigo 322, § 2.º, por haverem perdido a oportunidade, arquivou-as, recolhendo-as.

Adiante, diz S. Exa.:

"A decisão de V. Exa., adotada com fundamento nas disposições regimentais, em face das normas constitucionais advindas a 15 de março, no que tange ao assunto, implica somente com a tramitação daquelas mensagens, mas não quanto à indagação, que subsiste, a respeito da prevalência de competência do Presidente da República para apresentar novas mensagens, indicando juizes federais e juizes substitutos, não importando que os nomes sejam os mesmos ou alguns dos mesmos, ou outros que não os mesmos constantes das mensagens arquivadas."

E, para evitar dúvidas quanto ao alcance do seu pedido, o ilustre Senador Eurico Rezende esclarece:

"Não é, pois, uma reconsideração de decisão de Vossa Excelência o que aqui se pede, uma vez que o presente requerimento não objetiva o processamento das mensagens arquivadas. O que se requer é que Vossa Excelência submeta à alta consideração da douta Comissão de Constituição e Justiça indagações quanto à competência do Presidente da República para propor, ainda após a Constituição de 1967, nomes ao Senado Federal, visando à efetivação das primeiras nomeações de juizes federais e juizes substitutos, dos cargos ainda não providos, e que permanecem abertos, porque as mensagens hajam sido recusadas, ou arquivadas ou não hajam os aprovados tomado posse."

E, conclusivamente, requereu o autor do pedido:

"Assim, solicito de Vossa Excelência encaminhar o presente

requerimento à Comissão de Constituição e Justiça, para que a mesma responda se permanece a eficácia do art. 74 da Lei número 5.010, quanto ao procedimento, com a aprovação pelo Senado, dos cargos de juizes federais e juizes federais substitutos, nas primeiras nomeações, e até que estas se completem."

A douta Comissão de Constituição e Justiça, por sua maioria, examinando a matéria, acabou por fixar não só a competência do Presidente da República para novas nomeações, independentemente de concurso, como fixou:

"Ao Senado cumpre, pois, examinar as mensagens anteriormente enviadas ou as que, em substituição, lhe sejam encaminhadas."

nomeações independentemente de concurso por admitir a competência do Presidente da República para novas nomeações independentemente de concurso, e pela competência do Senado para apreciar nomes na forma da Lei nº 5.010 e pelo desarquivamento das mensagens anteriormente encaminhadas ao Senado.

Ora Sr. Presidente, quer em face da Constituição, quer em face do Regimento, essas conclusões são inadmissíveis.

Em primeiro lugar convém que se esclareça que, embora dado ao pedido o nome de requerimento, o que nele se formula é uma consulta à Comissão de Constituição e Justiça. Essa consulta deveria traduzir-se, normalmente, numa indicação e nos expressos termos do art. 222 do Regimento, que é o que cogita de consulta, pois que, através de requerimento não se faz consulta a ninguém. Na forma do art. 222 uma indicação não poderá conter:

"I — consulta a qualquer Comissão sobre interpretação ou aplicação de lei;

— consulta a qualquer Comissão sobre ato de outro poder ou de seus órgãos;

III — sugestão ou conselho, a qualquer Poder ou órgão seu, no sentido de realizar ou deixar de realizar ato de determinada natureza"

O Regimento, portanto, proíbe a consulta nos termos em que está formulada, pois é verdade que o Senado vai fixar *in genere*, em esse, em princípio, a competência do Presidente da República para continuar nomeando juizes federais independentemente de concurso, até prover as vagas inicialmente existentes.

Sustentou o nobre Senador Petrólio Portela, como Relator, que, uma vez que se deu ao pedido o nome de requerimento, como requerimento deveria ter curso e, assim, não incidiria na proibição do art. 222.

Essa conclusão, por absurda, conduz à situação de admitir-se que um Senador pode toda vez que der a um requerimento o nome de indicação, ou a uma indicação o nome de requerimento, alterar os critérios de processamento das proposições nesta Casa, apesar das expressas "eis internas" ao Senado. Porque não é a designação dada pelo Senador, ou, eventualmente, pela Mesa, que qualifica o documento a ter curso no Senado. A natureza dele a sua substância, a sua essência é que há de marcar a sua tramitação e delimitar a competência do Senado Federal.

Dê-se a esse documento o nome de requerimento, de indicação ou de qualquer outra proposição, o de que, em verdade, se cuida é de uma consulta à Comissão de Constituição e Justiça para que diga se o Presidente da República permanece com a competência de nomear juizes federais,

independentemente de concurso e com o simples assentimento do Senado, apesar de sobrevinda a Constituição de 1967.

De qualquer sorte, portanto, o Senado inteiro incidirá em proibição expressa da lei interna da Casa, que veda o exame de consulta através da qual se vá fixar a competência de outro órgão ou Poder, e, sobretudo, como é óbvio, em caráter genérico tal qual se pede no supra requerimento ora submetido ao Plenário.

Mas, ainda que superada essa dificuldade de ordem regimental, outra mais grave se oporia, com se opor, à aprovação do requerimento, particularmente nos termos excessivos do parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Convém, inicialmente, que se esclareça que a Constituição, nas suas Disposições Transitórias, aprovou os atos legislativos baixados com fundamento nos Atos Institucionais e Complementares — Vale dizer que as Disposições Transitórias não aprovaram as leis votadas pelo Congresso Nacional em forma regular. Aprovada foram as medidas legislativas cor "lançadas" em decretos-leis, consubstanciadas em atos institucionais e em atos complementares. Não as medidas da legislação ordinária, que eram baixadas com fundamento na Constituição de 1946 e não nos atos institucionais e complementares. E a Lei nº 5.010, que tenho em mãos, não faz qualquer menção a Ato Institucional ou Ato Complementar como base dela.

O Congresso não deliberou, portanto, em função de Ato Institucional ou Complementar, mas em razão de sua competência constitucional.

Ora, se assim é, não há porque admitir a possibilidade de obsolescência da Lei 5.010 no que ela entrar em conflito com a Constituição de 1967.

Aliás, de maneira mais ampla, poder-se-á dizer que nenhuma disposição legal, quer fundada na Constituição anterior, quer fundada nos Atos Complementares ou Institucionais subsiste se afrontar a nova Constituição e isso por um princípio elementar de hermenêutica: é que nenhuma Constituição considera aprovada uma norma que afronte os seus próprios dispositivos. Toda vez que uma Constituição, em disposições transitórias, aprova regras legais anteriores, fá-lo apenas nos limites em que tais regras não entrem em conflito com os novos dispositivos constitucionais.

Ora, a Constituição de 1967, estabelece, no Art. 45, inciso I: (Lé.)

"Compete ainda privativamente ao Senado: a) aprovar previamente por voto secreto a escolha de Magistrados, quando exigido pela Constituição.

A Constituição não exige a aprovação de Juizes Federais pelo Senado. O que a Constituição estabelece, com relação aos Juizes Federais, é o que diz o art. 118: (Lé)

"Os juizes federais serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros, maiores de trinta anos, de cultura e idoneidade moral, mediante concurso de títulos e provas organizado pelo Tribunal Federal de Recursos, conforme a respectiva jurisdição."

Vê-se, em consequência, que, superveniente a Constituição nem o Presidente da República tem competência para nomear juizes federais, independentemente de concurso, nem o Senado tem atribuição para aprovar-lhe os nomes. Em consequência,

pois, de que princípios válidos o Senado vai aprovar, com o requerimento do nobre Senador Eurico Rezende, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, para admitir tais omeações, inclusive pelo irregular desarquivamento das mensagens ao Arquivo mandadas pelo Presidente da Casa, sem protesto nem recurso de ninguém?

Não tenho, Sr. Presidente, nenhum objetivo com estas observações, senão o de preservar o que me parece ser a correção de procedimento do Senado, até limitação de sua competência, e o respeito à Constituição, que combato, mas a que me devo submeter, enquanto não for alterada por meios regulares.

Por estas razões, não me parece admissível a aprovação do requerimento, e ainda menos nos termos do parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que frontalmente conflita com a própria Constituição. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Continua a discussão.

O SR. PETRÔNIO PORTELA:

Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Tem a palavra, para discussão, o nobre Senador Petrónio Portela.

O SR. PETRÔNIO PORTELA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça o assunto foi exaustivamente discutido. Não há, em que pese o brilhantismo das considerações expendidas pelo nobre Senador Josaphat Marinho, nada de novo. Em verdade, nos termos do parecer daquela Comissão, não se discutiu, em oportunidade alguma, a competência do Senhor Presidente da República, porque certamente, seria impertinente fazê-lo. Todavia, discutimos, sim, sobre se cabia ao Senado o desarquivamento das proposições apresentadas pelo Sr. Presidente da República. E S. Ex.^a, o ilustre Orador da Oposição, o brilhante Senador baiano, fez questão de deixar bem claro que não devemos, absolutamente, ater-nos simplesmente aos termos literais de um requerimento ou de uma proposição; temos que ir à sua substância, temos que surpreender o âmago da questão. Foi exatamente o que fizemos.

Sr. Presidente, se irregularidades houve, a primeira delas, a mais séria, a mais respeitável haveria de ser a do arquivamento das proposições. Porque só se arquivava uma proposição tramitando pelo Senado, se ela se encontra prejudicada. Mas não cabe, simplesmente por um ato administrativo do Sr. Presidente da Casa, declarar que tal proposição, já tendo passado, já tendo tramitado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, é inconstitucional, ilegal, injurídica.

Sr. Presidente, este foi o fato, em verdade, a respeito do qual se pediu o exame e o parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça: era regular o arquivamento, ou não era? Cabia, pura e simplesmente, por um mero ato administrativo, cabia ao Sr. Presidente mandar arquivar uma proposição, quando esta já havia tramitado pela douta Comissão de Constituição e Justiça? Esta, a indagação maior.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. PETRÔNIO PORTELA — Pois não.

O Sr. Josaphat Marinho — Releva-me V. Ex.^a que, respeitando o seu entendimento, não o admita como

ajustado ao que foi requerido. Expressamente, o Senador Eurico Rezende diz:

"Não é, pois, uma reconsideração de decisão o que aqui se pede, uma vez que o presente requerimento não objetiva o processamento das Mensagens arquivadas."

Logo, o nobre Senador Eurico Rezende não pediu o desarquivamento. E que não pediu, S. Ex.^a diz no fim. Ao fixar a conclusão do seu requerimento, diz isto:

"Assim, solicito de V. Ex.^a encaminhar o presente requerimento à Comissão de Constituição e Justiça para que a mesma responda se permanece a eficácia do art. 74 da Lei nº 5.010."

O que S. Ex.^a quer, portanto, não é o exame das Mensagens arquivadas, mas o exame da competência genérica do Presidente da República nomear independente de concurso.

O SR. PETRÔNIO PORTELA — V. Ex.^a inicialmente frisou que o que se busca num documento não é a sua parte formal; é exatamente os seus objetivos, os seus fundamentos.

O Sr. Josaphat Marinho — Sim, Excelência, mas não posso alterar a substância do requerimento.

O SR. PETRÔNIO PORTELA — V. Ex.^a não faria a injustiça ao ilustre Senador Eurico Rezende de estar postulando relativamente aos astros, quando ele prima pela objetividade.

V. Ex.^a sabe, e sabe muito bem, Senador Josaphat Marinho, que, em verdade, a impertinência começaria por ser discutida esta matéria neste recinto. É, este sim, um ato de liberalidade do Presidente, que poderia, pura e simplesmente, aceitar o parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça como um mero instrumento de assessoria presidencial.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador) — Mas no momento em que o Presidente não tirou esta conclusão é porque reconheceu a ilegitimidade da conclusão.

O SR. PETRÔNIO PORTELA — Absolutamente, a ilegitimidade estaria — e V. Ex.^a não poderá contestar — pura e simplesmente, no ato presidencial que, sem nenhum fundamento na Constituição ou do Regimento, mandou arquivar uma proposição, quando já havia passado pelo crivo da Comissão técnica — a Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Eurico Rezende — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. PETRÔNIO PORTELA — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende — Quero informar a V. Ex.^a, e com remissão ao eminente Senador Josaphat Marinho, que realmente o Presidente poderia ter aproveitado o brilhante parecer de V. Ex.^a, em termos de assessoria para sua decisão...

O SR. PETRÔNIO PORTELA — Exato.

O Sr. Eurico Rezende — ... mas pedi ao eminente Presidente, Senador Gilberto Marinho, que submetesse o parecer à apreciação do Plenário, para que não se dissesse depois que se obteve apenas uma manifestação setorial da Casa, vale dizer, da Comissão de Constituição e Justiça. O que desejamos é que a matéria seja decidida a descoberto, e uma discussão clara, sem nenhuma clandestinidade.

O SR. PETRÔNIO PORTELA — Muito bem!

Sr. Presidente, Srs. Senadores, causou espanto...

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Ex.^a (Assentimento do orador) — O nobre Senador Eurico Rezende fez menção dramática a uma decisão a descoberto. Se não houve decisão a descoberto, a culpa é do partido dele que admitiu o arquivamento feito por um ilustre prócer da ARENA, e, embora tratando-se de nomes com vinculação ao Governo, ninguém pediu o desarquivamento. Não nos cabe, a nós da Oposição, nenhuma convivência com atos porventura irregulares.

O SR. PETRÔNIO PORTELA — Devo dizer a V. Ex.^a que não é simplesmente assunto jurídico que está agora em discussão, razão pela qual o argumento de V. Ex.^a é dirigido a quem de direito, dispensando-se de tecer considerações.

O Sr. Josaphat Marinho — Dirigido ao ilustre colega de V. Ex.^a.

O SR. PETRÔNIO PORTELA — Mas há um argumento jurídico a que fez menção, como de seu estilo, o ilustre Senador Josaphat Marinho — exatamente aquele que se refere às Disposições Constitucionais Transitorias da Carta de 1967, quanto aos atos de natureza legislativa, querendo S. Ex.^a, dessa expressão, excluir os atos emanados do Poder Legislativo.

Não sei, Sr. Presidente, em que se baseia S. Ex.^a para afirmar tal coisa, porque em verdade nada há, em termos jurídicos, em termos de doutrina ou em termos de letra expressa da lei, para arrimar tamanha assertiva que, em verdade, só tem importância porque proferida por eminente mestre de Direito.

Aí, contudo, Sr. Presidente, com a devida vênia, falou mais o político do que o constitucionalista.

A Lei Maior não discrimina. A Constituição não diz qual a procedência dos atos legislativos, não cabendo por conseguinte, por mais erudito, por mais brilhante que seja, ao intérprete fazê-lo.

O Sr. Josaphat Marinho — É uma questão de fato. V. Ex.^a me convidou ao debate, meu nobre Colega, permite a intervenção. A letra da Constituição é taxativa — aprovou os atos de natureza legislativa expedidos com base nos atos institucionais e complementares. A Lei nº 5.010 não está entre esses atos legislativos.

O SR. PETRÔNIO PORTELA — Exato; precisamente aí pretendo chegar.

Sr. Presidente, de onde provieram os cargos da Justiça Federal? De ato internacional. Então, Sr. Presidente, a Lei nº 5.010 não é uma lei baseada em ato institucional? Qual é o argumento que pode prevalecer contra este que, neste momento, apresento à consideração deste Plenário?

Sr. Presidente, o que existe, em verdade, é a paixão política que, lamentavelmente, ressoa neste Plenário, para obumbrar as Letras Jurídicas, que não se rebaixaram no plenário augusto da Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. PETRÔNIO PORTELA — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende — O eminente Senador Josaphat Marinho, ao examinar a matéria, parece que está imantado pelo prolongamento psicológico do acampamento da Frente Ampla, em São Caetano, ontem ou anteontem, onde S. Ex.^a pontificou como ardoroso e estentóricio defensor do Sr. Carlos Lacerda.

O Sr. Josaphat Marinho — Com tristeza para V. Ex.^a, saudosista da amizade com o Sr. Carlos Lacerda.

O SR. PETRÔNIO PORTELA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, vale o sal da intervenção do ilustre Vice-Líder do Governo e ainda mais o encantamento com que ouvimos o ilustre Senador pela Bahia, quer no que concerne às questões de direito quer naquilo que diz respeito à Frente Ampla, que só tem amplitude, em verdade, no verbo fogoso do ilustre Senador pela Bahia. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Continua, em discussão o parecer.

O SR. AURELIO VIANNA:

Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURELIO VIANNA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a apresentação do requerimento do Sr. Senador Eurico Rezende foi baseada no art. 212, inciso III, letra "j", da audiência de uma Comissão sobre determinada matéria.

A votação desse requerimento depende do quorum de trinta e quatro Senadores. Eu consultei a assessoria da Mesa, sobre se este princípio regimental foi obedecido, a fim de que dúvida eu tenho seja dirimida.

Mas, Sr. Presidente, nós temos, no art. 220, que a:

"Indicação corresponde à sugestão do Senador ou Comissão para que o assunto nela focalizado seja objeto de providência ou estudo pelo órgão competente da Casa, com a finalidade do seu esclarecimento, ou formulação de proposição legislativa."

O Senador Eurico Rezende dá a entender, claramente, que é uma espécie de favor que faz ao Senado de colocar o requerimento em debate, à nossa apreciação, para a nossa decisão que ele deseja clara e aberta.

Ora, se se trata de um requerimento de tal teor, para ser apresentado, precisaria da votação de trinta e quatro Senadores no mínimo. Logo, não há qualquer favor. Pelo contrário é obrigação da Mesa colocar requerimentos desse tipo à decisão do Plenário. Mas, para que S. Ex.^a fique mais satisfeito ainda, nós iremos pedir votação nominal para esse requerimento, porque, aí, o desejo de S. Ex.^a irá além daquilo que determina o Regimento, nos casos normais, que é o de ser o requerimento definitivamente acolhido.

Sr. Presidente, é, em essência, uma indicação, que é uma indicação. Que é uma indicação? É sugestão do Senador à Comissão para que o assunto focalizado nela seja objeto de providência ou estudo pelo órgão competente da Casa.

A Comissão foi consultada. A consulta é específica, é sobre determinado assunto, e sobre esse determinado assunto é que ela se deveria pronunciar. O Senador Eurico Rezende solicitou da Comissão de Constituição e Justiça resposta sobre se permanece a eficácia do art. 74 da Lei nº 5.010, quanto ao provimento para aprovação pelo Senado, dos cargos de Juiz Federal e juiz federal substituto, na primeira nomeação, e até que essas se completem.

O Senador Petrônio Portela no seu voto, expressamente proclama:

"Inconformado com o despacho de arquivamento, o Sr. Senador Eurico Rezende pediu audiência da Comissão de Constituição e Justiça, que é chamada a opinar, etc., etc."

Onde a inconformação, ou a inconformidade, do Sr. Senador Eurico Rezende, se S. Ex.^a no seu requerimento declara:

"Não é pois uma reconsideração de decisão de V. Ex.^a o que aqui se pede, uma vez que o presente requerimento não objetiva o processamento das mensagens arquivadas."

Então, o Senador Eurico Rezende não está inconformado com a decisão da Mesa, do seu Presidente, que mandou arquivar aquela proposição. Deseja S. Ex.^a saber, claramente, se o Presidente da República pode indicar candidatos para o exercício daquelas funções específicas.

Sr. Presidente, votamos aqui, às vezes, por unanimidade, a favor de diversas indicações do Presidente da República para juizes federais e substitutos. Não está em jogo isto.

Se o Presidente da República, Marechal Costa e Silva, reconhecesse o direito de nomear, *ad referendum* do Senado, determinados cidadãos para o exercício dessas funções e indicasse os que já foram indicados pelo seu antecessor, provavelmente, muitos deles, se não todos, recebiam o voto da maioria do Senado.

Não se trata disso. Trata-se de o Senado, fora de tempo, do tempo hábil, discordar de determinada posição, de uma atitude tomada pelo ex-Presidente desta Casa, o Senador Auro de Moura Andrade.

O assunto não foi provocado pelo atual Presidente da República. A impressão que se tem é de que S. Ex.^a considerou válida a decisão do Presidente do Senado.

Senadores há — é a impressão que temos — que estão mais interessados do que o próprio Presidente da República no desarquivamento dessa matéria, para ser apreciada pelo Senado.

Eu não discuto se o Senador Auro de Moura Andrade procrastinou, proferiu o erro de matéria ao Plenário para a sua decisão, esperando que a nova Constituição fosse votada e passasse a vigorar. Não discuto esse ponto.

Mas, qual foi a consulta do Senador Eurico Rezende?

O que pretendeu foi o que declarou no seu voto o Sr. Senador Petrônio Portela? Não, Sr. Presidente!

Se aceitarmos a decisão prolatada pela Comissão de Constituição e Justiça teremos, primeiramente, que apreciar todas as nomeações que foram feitas, até que sejam preenchidas todas as vagas, as que forem, também, pelo atual Presidente da República.

Estamos marcando uma posição. O voto do Sr. Senador Antônio Balbino é de clareza, a nosso ver, meridiana.

Não se trata, em essência, de um requerimento, porém de uma indicação; e o requerimento não objetivou o processamento das Mensagens arquivadas.

Também é verdade.

Não foi este o objetivo de S. Ex.^a. A matéria foi exaustivamente debatida. Marcamos a nossa posição, que é aquela dos representantes do nosso Partido, da nossa Bancada, da Comissão de Constituição e Justiça.

Por motivos de considerarem inconstitucional, ou por motivos de ordem regimental, os Senadores do MDB pronunciaram-se contra o Parecer do nobre Senador Petrônio Portela.

Eu aprendi que a Lei Maior subordinam-se todas as outras. A Constituição é expressa: exige o de títulos e provas, e o que contrariar esse princípio constitucional não tem validade. É o que determina o pensamento daqueles que estudaram a matéria, em nome do MDB.

Pedimos a V. Ex.^a, Sr. Presidente, que a votação desta matéria seja nominal, como aliás é o desejo expresso — e é a inferência que se tira das palavras — de um dos Líderes da ARENA que, há pouco, se manifestou sobre o assunto. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Esta Presidência espera que o nobre Senador Aurélio Vianna formule por escrito seu requerimento.

Continua a discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem deseje usar da palavra dou a discussão como encerrada. (Pausa.)

Sobre a mesa o requerimento do nobre Senador Aurélio Vianna, que será lido pelo Sr. 1.^o Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 281, de 1968

Nos termos do art. 281 combinado com o art. 212, letra n, do Regimento Interno, requero votação nominal para o Requerimento do Senador Eurico Rezende (Parecer nº 189-68).

Sala das Sessões 26 de março de 1968. — Aurélio Vianna.

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Em consequência, passa-se à votação nominal da matéria.

Os Srs. Senadores que estiveram de acordo com o Parecer responderão *sim*; os que estiverem contra, responderão *não*.

Vai ser feita a chamada.

Procede-se à chamada para a votação.

RESPONDEM A CHAMADA "SIM" OS SRS. SENADORES:

Milton Trindade

Cattete Rinhoiro

Lobão da Silveira

Petrônio Portela

José Cândido

Sigefredo Pacheco

Menezes Pimentel

Wilson Gonçalves

Luiz de Barros

Dinarte Mariz

Manoel Villaga

Domicio Gondim

João Cleofas

Teotônio Vilela

Arnon de Melo

Julio Leite

José Leite

Aloysio de Carvalho

Carlos Lindemberg

Eurico Rezende

Raul Giuberti

Paulo Torre

Gilberto Marinho

Benedicto Valladares

Lino de Mattos

José Feliciano

Fernando Corrêa

Filinto Müller

Ney Braga

Adolpho Franco

Mello Braga

Alvaro Catão

Atílio Fontana

Guido Mondim

Daniel Krieger

Mem de Sá

RESPONDEM A CHAMADA E VOTAM "NAO", OS SRS. SENADORES:

Oscar Passos

Edmundo Levi

Ruy Carneiro

Argemiro de Figueiredo

Pessoa de Queiroz

José Ermirio

Josaphat Marinho

Mário Martins

Aurélio Vianna

Nogueira da Gama

Carvalho Pinto

João Abrahão

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Votaram *sim*, 36 Srs. Senadores; votaram *não*, 12 Senhores Senadores.

Está aprovado o parecer.

E' o seguinte o parecer aprovado:

PARECER N.º 189, DE 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Requerimento s/n, do Senador Eurico Rezende, solicitando o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça sobre se permanece a eficácia do art. 74 da Lei n.º 5.010, quanto ao provimento dos cargos de Juizes Federais e Juizes Federais Substitutos, nas primeiras nomeações, até que estas se completem.

Relator: Sr. Petrônio Portela.

Com a entrada em vigor da Constituição de 1967, o ilustre Presidente do Senado julgou por bem determinar o arquivamento das mensagens do Executivo em que se submeteram ao exame e assentimento da Casa os candidatos às primeiras nomeações de Juizes Federais e Juizes Federais Substitutos, e que não chegaram a ser apreciadas pelo Plenário.

O despacho de arquivamento embasa-se no pressuposto de que a nova Constituição, tendo revogado todas as disposições legais que lhe sejam contrárias, dispõe (art. 119): "Os Juizes Federais serão nomeados mediante concurso de títulos e provas organizado pelo Tribunal Federal de Recursos, conforme a respectiva jurisdição."

As mensagens arquivadas apoiam-se em regra transitória (art. 74) da Lei n.º 5.010, de 30 de maio de 1966, verbis:

"As primeiras nomeações de Juizes Federais e Juizes Federais Substitutos serão feitas por livre escolha do Presidente da República, dentre brasileiros de saber jurídico e reputação libada.

§ 1.º A nomeação do Juiz Federal e do Juiz Federal Substituto será precedida do assentimento do Senado Federal."

Inconformado com o despacho de arquivamento, o Senhor Senador Eurico Rezende pediu a audiência da Comissão de Constituição e Justiça, que é chamada a opinar sobre se permanece a eficácia do art. 74 da Lei n.º 5.010, quanto ao provimento, com a aprovação do Senado, dos cargos de Juizes Federais e Juizes Federais Substitutos, nas primeiras nomeações, e até que estas se completem.

Fundamentando o requerimento, o ilustre Senador apresenta os argumentos que, em síntese, são os seguintes:

O Ato Institucional n.º 2 modificando o art. 105 da Constituição de 1946, estabeleceu que: "Os Juizes Federais serão nomeados pelo Presidente da República dentre cinco cidadãos indicados, na forma da lei, pelo Supremo Tribunal Federal."

A Lei n.º 5.010, que organizou a Justiça Federal de 1.ª Instância, dispõe, de forma diferente, que as primeiras nomeações dos juizes, segundo se anunciou, anes.

A Constituição de 1967 entretanto, deu nova disciplina ao assunto, vinculando o Presidente da República a outros critérios e omitindo o Senado do processo de escolha dos nomeados.

Ressalta, contudo, que o novo diploma constitucional, em suas Disposições Gerais e Transitórias, aprovou e excluiu de apreciação judicial (artigo 173, inciso III) "os atos de natureza legislativa expedidos com base nos Atos Institucionais e Complementares."

Esta é a questão, e, nestes termos, foi posta perante esta douma Comissão.

Os cargos de Juizes Federais foram criados por força do Ato Institucional n.º 2 (art. 6.º), que modificou a Constituição de 1946, dentre outros, em seus arts. 94 e 105, estabelecendo que: "Os Juizes Federais serão nomeados pelo Presidente da República dentre cinco cidadãos, indicados, na forma da lei, pelo Supremo Tribunal Federal." (o grifo é nosso).

Dependendo de complementação legal que se disciplina a forma de indicação dos nomeando, o texto constitucional quedou-se inerte, com sua execução obstada.

Impunha-se a anunciada providência da lei para que a norma produzisse os seus efeitos. Não sendo auto-executável, dependia de outro diploma.

E por isso mesmo, não havendo disposição de Direito Intertemporal a regular a transição, é que o Ato Complementar n.º 2 fez conunar, sob a jurisdição dos juizes estaduais, os feitos de competência da Justiça Federal, enquanto não empossados seus juizes.

Posteriormente, foi votada pelo Congresso a Lei n.º 5.010, de 30 de maio de 1966, originária de mensagem do Poder Executivo, destinada a disciplinar a Justiça Federal de 1.ª Instância. E, irremediavelmente, ato de natureza legislativa expedido com base no art. 6.º do Ato Institucional n.º 2. Com o seu advento, permitiu-se o cumprimento de norma institucional dependente de regulamentação.

Seria impertinente, nesta altura, a discussão sobre se a norma do artigo 74 guardou fidelidade ao Ato Institucional, de que se fez dobrar o necessário.

As maiores digressões nasceriam daí, e indagações em várias direções haveriam de surgir. O Poder Revolucionário, através de um diploma, modificou a Constituição, estabelecendo normas que deveriam, na expressão do próprio texto, ser complementadas pela lei.

O Chefe do Executivo, representante da Revolução, teve a iniciativa de enviar ao Congresso o projeto de lei que, aprovado, contou com a sua sanção.

Havendo o Ato Institucional nº 2 determinado a forma de provimento dos cargos de Juiz Federal, seria permissível à lei ordinária dar, mesmo que em caráter transitório, outra forma de provimento?

Em condições normais, não. Mas, a concomitância de dois Poderes competentes para editar leis, um por outorga popular, e outro pela incontestável força da Revolução vitoriosa, e a coincidência entre o Poder que editou o Ato criador da Justiça Federal de 1ª Instância e o que propôs, nessa parte, a regulamentação, pelo Congresso, participando de sua aprovação pela sanção, afastam a nós ver eventuais perplexidades ou dúvidas.

A Lei nº 5.010 foi votada, sancionada e publicada sem impugnação, e, se viciada, estaria convalidada, pela força do art. 173, inciso III, da Constituição.

Com base nela Juizes federais, na sua maioria, foram submetidos ao Senado, nomeados, empossados e já no desempenho de suas elevadas funções. Não proveio do Poder estável, mas de uma situação turbada que não é difícil de ser caracterizada.

O Governo Federal, representando o Poder Revolucionário, que, antes, se proclamara esgotado ao editar o Ato Institucional nº 1 retomou, inesperadamente, a plenitude da força e fez baixar o Ato nº 2. No novo instrumento, profundas modificações se fizeram na Constituição de 1946 e no Ato Institucional primeiro.

Os diplomas revolucionários sucederam-se, buscando a fixação de normas que assegurassem a permanência do novo regime. Uns revogando, outros e muitos complementando e regulamentando as novas estruturas. No âmbito destes, se inclui a Lei número 5.010, que dá a diretriz para implantação de um órgão de inspiração e criação revolucionárias.

Identificada a base sobre que se assentou a Lei nº 5.010, não seria do melhor alvitre discuti-la isolada da fase revolucionária.

E então as conclusões não se apresentariam simplórias, eis que argumentos da maior procedência fundamentariam contestações dos Atos Institucionais e Complementares uns em relação aos outros, e todos em face da farta legislação que, concomitantemente, foi votada pelo Congresso, com a participação do Chefe do Executivo.

A ordem jurídica, instável e anômala dependia da vontade do titular do Poder Revolucionário contra a qual não prevaleceriam a Constituição e nem os inumeráveis instrumentos normativos por ela editados. Eram tentativas fragmentárias de uma institucionalização não consumada, por isso mesmo, flutuante.

O que precedia do Executivo hipertrofiado, ou do Legislativo, cuja maioria se afinava com o novo regime, constituía expressão da vontade das Forças Revolucionárias.

E, em razão disso, a farta legislação refletia, também, as variações de um movimento político ainda por de-

finir os deslocamentos jurídicos. Não temos dúvidas de que o Congresso ao votar o art. 6º da Lei nº 5.010, não se ateve aos limites impostos pelo Ato Institucional nº 2.

Menos atentos a uma hierarquia imposta que aos desideratos políticos a serem alcançados, os legisladores fixaram, em norma transitória, o provimento dos primeiros cargos de Juizes Federais.

Não desconhecemos, todavia, a norma geral do art. 6º do Ato nº 2, pois a incorporaram, com eficácia permanente, ao texto da Lei nº 5.010 (artigo 119), para reger as nomeações que sucedessem às primeiras.

Se, em face do art. 6º do Ato Institucional nº 2, não foi julgada antijurídica a disposição do art. 74 da Lei nº 5.010, não há como considerá-la destruída pela Constituição em vigor.

"A regra fundamental é a da incidência imediata da nova Constituição. Se o legislador constituinte preferiu que se regule a transição, cabe-lhe dizê-lo explicitamente, ou, pelo menos, implicitamente. E' a essa política de normas transitórias que se votam os Atos ou Disposições Constitucionais transitórias, ou melhor, as leis de Direito Intertemporal" (Pontes de Miranda — Comentários da Constituição de 1946, volume relativo aos arts. 157 e 218, pag. 349.)

Se a regra do art. 74 da Lei mencionada colidisse com a norma constitucional posterior, não haveria, como se pudesse fazer tramitar, no Senado, a indicação de candidatos a Juiz Federal. Ato complexo, a exigir preliminares indispensáveis à sua constituição; a nomeação abortaria, fulminada, pelo cânone maior subsequente que lhe fosse adverso.

Mas o que parece claro é que não há antagonismo entre a norma que disciplina o que é transitório e a que não se detém ante o circunstancial, porque regula o que é permanente.

Há uma distinção fixada pelo próprio legislador, entre o primeiro provimento dos cargos de Juiz Federal e os subsequentes. Aquêles estão relacionados com a instalação e funcionamento do novo órgão, recém-criado; estes, os que se lhes sucedem, relacionam-se com sua continuidade.

Criou-se o mecanismo judicial, para funcionar, com urgência, tão importante foi considerada sua ação, como que a preencher um vazio ou a suprir uma deficiência enorme, num campo de incidência jurisdicional reservado a causas específicas, de interesses mais extensos.

A regra legal que dispôs sobre a instalação da Justiça Federal, de 1ª Instância, regulando a primeira investidura de seus juizes não foi, portanto, revogada pelo art. 118 da atual Constituição, que, como dissemos, antes regula o permanente isto é o provimento dos cargos que se vagarem. A primeira investidura desses cargos não foi objeto de consideração pelo legislador constituinte de 1967, para o efeito de incluir no texto da nova Carta a sua disciplina. Este permanece sendo o da Lei número 5.010 (art. 74), a qual só vale só opera, só existirá até quando houver, dos cargos criados pela lei algum que não haja sido, ainda, preenchido. Sua eficácia é limitada, vinculada, presa, apenas, aos primeiros provimentos.

Norma especial que é só há de desaparecer pela exaustão ou por força de outra norma que, expressamente, lhe pegasse validade.

E se dúvida ainda pudesse pairar sobre a tese que ora é sustentada, de

plena compatibilidade e convivência harmoniosa entre as duas normas, em estudo, a Carta Maior aprovou a Lei nº 5.010 que é uma regulamentação do Ato Institucional nº 2.

"Art. 173. Ficam aprovados e excluídos de apreciação judicial:

III — os atos de natureza legislativa expedidos com base nos Atos Institucionais e Complementares".

Não aceitamos a tese do eminente Professor Gofredo da Silva Teles Junior, de que a nomeação é constitucional, porque a Lei nº 5.010 foi aprovada pelo art. 173 da atual Constituição.

Esse é, apenas, um aspecto do problema, e não o bastante.

Se válida a tese, toda a legislação revolucionária continuaria em vigor, enfrentando o novo regime constitucional, o que não ocorre.

Situações rigorosamente iguais as que estudamos são aquelas, objeto de disciplinado Ato Complementar nº 2, e referidos no art. 80, da Lei número 5.010;

Enquanto não instalado o novo órgão da Justiça, nos Estados, a competência para julgamento dos feitos é dos juizes estaduais.

E, esclarecendo mais, a norma de direito intertemporal evita o conflito de jurisdição ao tornar expressa que a "competência residual temporária não cessará, depois da posse do titular federal, nos processos cuja instrução houver sido iniciada em audiência, quer perante as Varas Especiais dos Feitos da Fazenda Nacional, quer perante as Varas da Justiça Comum, em todos os feitos que passaram para a Justiça Federal". (art. 80, § 1º).

E' inquestionável o que consta, de forma clara, no texto transcrito. Sua vigência esgotar-se-á já não mais havendo os casos nela previstos.

Sob a vigência da Carta de 1967, que, sem contemplar o eventual, o circunstancial, fixa, em termos gerais, a competência dos Juizes Federais, é que os juizes estaduais julgam feitos relativos aos casos do art. 119.

E' evidente que, por igual motivo, permanece válida a norma do art. 80, § 1º, que se dirige a situações transitórias de que não cogitou a Lei Maior.

A Justiça Federal de 1ª Instância foi, apenas, mantida pela nova Constituição, com o elenco de competências fixado, anteriormente, na lei.

Seu funcionamento está assegurado pela regulamentação, que, anterior à Constituição de 1967, não perdeu a eficácia.

Não é possível desconhecer a sequência de uma política que, modificando a ordem anterior, pretendeu, a começar do Ato Institucional nº 1 até a Constituição de 1967, implantar uma nova situação jurídica no País.

E se, sob a Carta de 1967, ingresamos na plenitude do Estado de Direito, nem assim uma ruptura deu com o regime anterior.

Muito do que a Revolução editou, integrou-se, no texto constitucional, modificando a estrutura dos três Poderes do Estado.

Atos praticados, cujos efeitos cessariam, por imperativo constitucional, foram aprovados (art. 173), perdurando, assim, suas consequências.

Pouco importa que os nomes a serem apreciados pelo Senado sejam os anteriormente indicados, ou outros de escolha do atual Presidente da República. A diferença está, apenas, em que uns já têm o processo em curso e outros haverão de ser iniciados.

Com o devido respeito, discordamos do argumento principal expedindo pe-

lo eminente Mestre Vicente Rao, em parecer:

"A indicação dos nomes dos juizes da Seção de São Paulo foi feita pelo então Presidente da República, no uso da faculdade que a mencionada lei lhe atribui. A Comissão de Justiça do Senado já se pronunciou a respeito. Todos esses atos tão plenamente válidos como elementos constitutivos do processo de nomeação, se o voto do Senado for favorável aos indicados. E, assim sendo, a indicação do então Senhor Presidente da República deve ser submetida ao conhecimento e votação do Senado. Visto como os atos restantes, a serem praticados, mais não são do que atos de prosseguimento ou de aneção ao ato jurídico já iniciado. Por outras palavras: o voto do Plenário e o decreto de nomeação são efeitos ou consequências da iniciativa (indicações) inicialmente exercida, de modo legítimo e legal, pelo então Senhor Presidente da República".

Não se questionou sobre a validade dos atos praticados pelo antigo Presidente da República e nem sobre a indispensabilidade de um processo com a intervenção do Senado Federal.

Julgamos, entretanto, que o ato de nomeação não seja, apenas, prosseguimento ou aneção ao ato jurídico já iniciado. O que antes dele corre são preliminares necessárias à sua validade, mas a nomeação em si só se consuma e realiza através do próprio ato formal do Executivo.

Além do mais, pouco importa tenham sido realizados todos os atos preliminares. O problema permanecerá se o ato de nomeação não haja sido baixado antes da vigência da Constituição.

Antagônico o texto da lei que autoriza a nomeação com o texto maior, miriam, sem efeito, todos os atos preliminares e a nomeação seria antijurídica, nula.

No caso, procuramos demonstrar que os textos não colidem.

Ao Senado cumpre, pois, examinar as mensagens anteriormente enviadas ou as que, em substituição, lhe sejam encaminhadas, atento a norma estabelecida na Lei nº 5.010, relativa às primeiras nomeações.

Este, o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de março de 1968. — *Alonso de Carvalho*, Presidente em exercício — *Petrônio Portela*, Relator — *Carlos Lindenberg* — *Wilson Gonçalves* — *Alvaro Maia* — *Antônio Balbino*, vencido, nos termos do voto em separado — *Josaphat Marinho*, vencido, nos termos do voto anexo — *Fernando Levi*, vencido, adotando o voto do Senador Antônio Balbino.

DECLARAÇÃO DE VOTO DO SENADOR JOSAPHAT MARINHO

De inteiro acordo com o voto do Senador Antônio Balbino. Acrescento, apenas, que a Constituição de 1967, ao aprovar, em disposição transitória, atos de natureza legislativa editados com base nos Atos Institucionais e Complementares, só o fez, como é elementar, no que tais atos legislativos não entrem em conflito com o novo sistema do diploma superior.

Assim, mesmo que a Lei nº 5.010 estivesse entre aqueles atos legislativos, não poderia prevalecer no que afronta a Constituição vigente e foi objeto de discussão nesta Comissão.

Sala das Comissões, em 12 de março de 1968. — *Josaphat Marinho*.

VOTO EM SEPARADO DO SENADOR ANTONIO BALBINO

1. Votei vencido, quanto à preliminar do conhecimento da matéria, por não ser de nossa competência regi-

mental, e, quanto ao mérito, por não pretender, através de interpretação obliqua do texto legal, inadequadamente invocar, acrescentar ao Senado competência excepcional que a Constituição vigente não lhe permite desempenhar — nos termos do entendimento que resumo a seguir.

2. Preliminarmente

A conclusão do parecer do Ilustre Relator foge, por completo, à matéria consubstanciada na proposição de iniciativa do Sr. Senador Eurico Rezende, submetida à apreciação desta Comissão de Justiça.

3. Ao salientar, como fundamentação objetiva do seu chamado requerimento, que o Presidente do Senado, usando da faculdade que lhe confere o artigo 324, § 2º, do Regimento Interno, havia considerado prejudicadas as mensagens de indicação de nomes de magistrados para a Justiça Federal não apreciadas até a data da vigência da nova Constituição, o Sr. Senador Eurico Rezende salientou que não pretendia requerer nada sobre a tramitação das mensagens arquivadas, dizendo textualmente: "o presente requerimento não objetiva o processamento das mensagens arquivadas."

E esclarece, delimitando, precisa e inequivocamente, o único objetivo de sua proposição: "O que se requer é que Vossa Excelência submeta à alta consideração da douta Comissão de Constituição e Justiça indicações quanto à competência do Presidente da República para propor, ainda após a Constituição de 1937, nomes ao Senado Federal, visando à efetivação das primeiras nomeações de Juizes Federais Substitutos, dos cargos ainda não providos e que permaneçam abertos, porque as mensagens hajam sido recusadas ou arquivadas, ou não hajam os aprovados tomado posse".

E, finalizando, em termos que não podem provocar dúvidas, assim o Senador Eurico Rezende se expressou, no enterreiramento do objetivo que inspirou sua proposição:

"Assim solicito de Vossa Excelência encaminhar o presente requerimento à Comissão de Constituição e Justiça, para que a mesma responda se permanece a eficácia do art. 74 da Lei nº 5.010, quanto ao provimento, com a aprovação, pelo Senado, dos cargos de Juizes Federais e Juizes Federais Substitutos, nas primeiras nomeações e até que estas se completem".

4. O que pede, pois, em sua proposição, o Senador Eurico Rezende é que a Comissão de Constituição e Justiça, que S. Exa. considera órgão competente para tal, esclareça sobre a eficácia ou aplicação de determinado artigo de lei, respondendo à sua consulta, formulada em termos genéricos e em tese, tanto assim que Sua Excelência encerre não estar solicitando desarquivamento nem pedindo reconsideração de despachos de arquivamento.

Ora, regimentalmente, o nome que se dá a uma proposição, através da qual qualquer Senador sugere que um assunto seja estudado por um órgão da Casa, "com a finalidade do seu esclarecimento", é, só e exclusivamente, um: *indicação*. É o que está escrito, sem qualquer possibilidade de dúvida honesta, no artigo 220 do nosso Regimento Interno.

Sucedê, porém, que, para evitar precisamente, que as questões jurídicas, no campo da interpretação e da aplicação a lei, em tese, pudessem tumultuar os trabalhos parlamentares ou desviá-los de suas finalidades o próprio Regimento, no seu art. 222, limitou o campo das indicações, vale dizer, dos pedidos de estudos, para fins de esclarecimentos, proibindo que as indicações contivessem consultas a qualquer Comissão sob:

a) interpretação ou aplicação da lei; e

b) ato do outro Poder ou de seus órgãos.

Destarte, o pedido do Sr. Senador Eurico Rezende, que é, exclusivamente, no sentido de que o Presidente do Senado encaminhasse o seu requerimento à Comissão de Constituição e Justiça para que "a mesma responda se permanece a eficácia do art. 74 da Lei número 5.010", é, no vigor da definição regimental (art. 220), uma solicitação para que "o assunto nela focalizado seja objeto de estudo pelo órgão competente da Casa, com a finalidade do seu esclarecimento", isto é, uma *indicação*, e, como indicação que formula consulta sobre interpretação e aplicação da lei, trata-se de proposição que o artigo 222 do Regimento Interno proíbe e cuja tramitação é inviável.

Menos viável será, ainda, tentar-se, por subterfúgios de raciocínio, assim transformar-se o parecer sobre uma proposição anti-regimental, em instrumento propiciador de um desarquivamento que não foi solicitado, ou da reconsideração de um despacho que o próprio requerente não impugnou, porque o seu requerimento se limita a pedir o encaminhamento à Comissão de Justiça de uma consulta sobre a aplicação da lei em tese, ou sua interpretação à luz de eventuais conflitos com o texto constitucional.

O parecer, extrapolando os limites da matéria de consulta, acolhe, assim *data venia*, em iniciativa temerária, matéria que, enquanto vigorar o artigo 222 do Regimento Interno, não pode ser apreciada por qualquer das Comissões da Casa.

5. Quanto ao mérito, recusando-me, ainda a opinar em tese sobre a questão da competência do Presidente da República para, na vigência da Constituição de 1967, nomear Juizes Federais independentemente de concurso com a simples invocação do art. 74 da Lei número 5.010, declaro, no entanto, que nos termos expressos no artigo 45, inciso I, da Constituição, por se tratar da competência inequivocamente definida na Carta Magna, o Senado só pode aprovar a partir de 15 de março de 1967 a escolha de magistrados nos casos, segundo expressão da própria Carta Magna, "exigidos pela Constituição". Não posso compreender como uma simples invocação a um artigo da lei ordinária, Lei número 5.010, pela circunstância de estar genericamente aprovada pelo artigo 173 da Constituição, possa representar uma nova competência do Senado, de caráter excepcional, merecedora de qualificação de "exigida pela Constituição". De resto, acentuo que os atos de natureza legislativa, aprovados pela Constituição de 1967, no artigo 173, foram os expedidos com base nos Atos Institucionais e Complementares, e não posso compreender que a expressão "com base" signifique, apenas, "com referência" ou "com invocação". E em relação à Lei nº 5.010, no seu artigo 74, é o próprio Ilustre Relator quem salienta que, "se as circunstâncias fossem normais", tratar-se-ia de lei em conflito com o Ato Institucional nº 2. Por consequência, não pode ser invocado aqui o artigo 74 da Lei nº 5.010, como um daqueles atos de natureza legislativa com base em Ato Institucional.

Por estas razões fundamentais, dispenso-me de outras considerações doutrinárias mais amplas e saliente, apenas, que a competência do Senado na aprovação de Juizes não pode ser ampliada além do quadro restrito definido no artigo 45, inciso I, da Constituição.

Acrescento, apenas, que será problema do Presidente da República tomar as iniciativas sobre matérias que julgue de sua competência, mas que nós, do Senado Federal extrapolaremos os limites da nossa própria competência,

se quisermos interferir, fora da Constituição em vigor, no processo de escolha de magistrados, e estaremos agindo, com grave erro político e jurídico, se nos quisermos, sem solicitação do Poder Executivo, antecipar em abrir perspectivas ainda mais amplas e eticamente tão insustentáveis ao quadro já tão hipertrofiado de suas atribuições.

Voto vencido. Tranquilamente vencido.

Brasília em 12 de março de 1968.
— Antônio Balbino.

O SR. CARVALHO PINTO:

Sr. Presidente, peço a palavra para uma declaração de voto.

C SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Tem a palavra o Sr. Senador Carvalho Pinto.

O SR. CARVALHO PINTO:

(Lê a seguinte declaração de voto)
— Sr. Presidente e Srs. Senadores:

1. Voto vencido, obedecendo a um imperativo de consciência.

Sem embargo do mérito das indicações que suscitaram a matéria ora votada, e a respeito da qual não tenho a menor objeção, não me convenci da procedência da tese jurídica consagrada neste Plenário, dentre outros, pelos seguinte motivos:

1º) Nos termos do art. 45, item I, da Constituição Federal, e consoante bem o demonstra o Senador Antônio Balbino, falece ao Senado competência para interferir na escolha dos juizes federais em causa; e, da mesma forma pela qual, no respeito ao princípio fundamental da independência e harmonia dos poderes, tem o Legislativo defendido suas prerrogativas inalienáveis, não lhe caberia agora intervir em escolha que, nos termos do artigo 118 da Carta vigente, se deve processar no âmbito exclusivo do Judiciário e do Executivo;

2º) O regime de livre escolha pelo Presidente da República, precedida de assentimento do Senado Federal (artigo 74 e seu § 1º da Lei nº 5.010 de 30 de maio de 1966) criou a partir da vigência, a 15 de março de 1967, da atual Constituição, cujo artigo 118 impõe, sem quaisquer restrições, a condição de "concurso de títulos e provas, organizado pelo Tribunal Federal de Recursos, conforme a respectiva jurisdição". E a respeito da imediata prevalência do texto constitucional é tranqüila a doutrina, consoante ensinam Vicente Ráo e Carlos Maximiliano e Pontes de Miranda:

"A Constituição consagra o direito normativo *constitutivo, ordinário*, do *Estado*, e, considerado em seu todo, em sua unidade, como deve ser, possui força obrigatória mais intensa de que qualquer outra norma jurídica: "A sua aplicação é imediata: tudo o que se lhe contraponha é eliminado. O poder constituinte é absoluto".

"A Constituição tem de amoldar-se às leis, assim as leis a serem feitas, com as leis já promulgadas. A noção de constitucionalidade surge, juridicamente, a partir do momento em que começa a ter vigor a Constituição: todo o material legislativo que existe, considera-se revogado no que contraria os preceitos constitucionais". (in Vicente Ráo — O Direito e a Vida dos Direitos, vol. II, págs. 387-393).

3º) O art. 173 das disposições transitórias da Constituição jamais poderia, assim, ter o alcance de convalidar regras jurídicas incompatíveis com os novos preceitos constitucionais. Observe-se ademais que o citado dispositivo ao ressaltar os referidos atos legislativos, — longe de os declarar mantidos ou em vigor —, apenas e prudentemente os declarou "aprova-

dos e excluídos de apreciação judicial", o que evidencia o simples propósito de legitimar, nos seus efeitos já produzidos, os atos legislativos eventualmente irregulares, sem contudo sobrepor a vigência de suas normas aos novos preceitos constitucionais editados.

4º) Com relação às indicações feitas anteriormente à vigência da atual Constituição, mas não aprovadas até essa data, não me parece ainda que o começo de execução do ato cometido possa furtá-lo ao regime jurídico superveniente, pois "não é válido o ato complexo, senão quando valider todos os elementos que devem concorrer para sua formação" (Tito Prates da Fonseca, Direito Administrativo, ed. 1939, págs. 371 e 372).

Quer dizer que, havendo sido alterado o regime das nomeações, não é mais possível concluir-se o ato complexo, se ele não chegou a perfeccionar-se no regime da lei anterior, não só porque faltou, em termo hábil, uma condição essencial (a aprovação do Senado) como porque a própria fase principal (a nomeação) não chegou a concluir-se.

Era o que tinha a dizer na síntese justificativa do meu voto. Laccio com o natural constrangimento de quem não só nutre sentimentos do maior respeito e apreço por vários dos nomes indicados, cujo arquivamento poderá enriquecer os nossos quadros judiciais, como ainda de quem não desconhece a desvalia de sua opinião, ante o autorizado pronunciamento de eminentes juristas de dentro e de fora desta Casa. Mas não me sentiria bem com minha consciência ante uma orientação jurídica que, data venia, vem instaurar grave precedente em nossa interpretação constitucional e no respeito devido à competência privativa de outros poderes do Estado. (Muito bem! Muito bem!) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Antes de passar matéria seguinte, da pauta, convoco os Srs. Senadores para uma sessão extraordinária a realizar-se logo após o encerramento da presente.

Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1967 (nº 1.813-B-64 na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito do NCR\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros novos) destinado à regularização de despesas de pessoal da Fundação Brasil Central, tendo — Países sob ns. 193 e 194, de 1966, das Comissões de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade. — de Finanças, favorável.

Em discussão o projeto (Pausa)
Se nenhum Senador quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão, (Pausa).

Está encerrada.

Em votação, (Pausa).

Os Srs. Senadores que o aprovam quiseram permanecer sentados, (Pausa).

Está aprovado. Vai à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 76, DE 1967

(Nº 1.813-B-64, na Casa de origem)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCR\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros novos), destinado à regularização de despesas de pessoal da Fundação Brasil Central.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fa-

zenda, o crédito especial de N.º 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros novos), destinado à regularização de despesas de pessoal da Fundação Brasil Central, já efetuadas e não incluídas no auxílio consignado no Orçamento para 1964.

Art. 2º A aplicação dos recursos de que trata o art. 1º será feita pela Fundação Brasil Central, a qual se obrigará a comprovar as despesas ao Tribunal de Contas da União, através do Ministério da Fazenda.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 1967 (nº 55-B-67, na Casa de origem), que altera dispositivo da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, tendo — Pareceres contrários sob nºs 170 e 171, de 1968, das Comissões: — de Constituição e Justiça e de Serviço Público Civil.

Em discussão.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o Projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados (Pausa.)

Rejeitado o Projeto.

E' o seguinte o Projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 115, DE 1967

(Nº 55-B-67, na Casa de origem) Altera dispositivos da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam excluídos das incompatibilidades previstas no art. 84, item VI, da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, as atividades, cargos e funções de "Contador" de qualquer serviço da União, do Distrito Federal, dos Estados, Territórios e Municípios, bem como autarquias, entidades paraestatais, sociedades de economia mista e empresas administradas pelo Poder Público.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Item 5:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 44, de autoria da Comissão Diretora, que denomina Edifício Isaac Brown o prédio destinado aos Serviços Gráficos do Senado, tendo Parecer favorável, sob nº 187, de 1968, da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o Projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto irá à Comissão Diretora, para redação final.

E' o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 44, DE 1963

Denomina "Edifício Isaac Brown" o prédio destinado ao Serviço Gráfico do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. Denominar-se-á "Edifício Isaac Brown" o prédio em que será instalado o Serviço Gráfico do Senado Federal, a que se refere a Resolução nº 20, de 1963.

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Item 6º:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 24, de 1968, de autoria da Comissão Diretora, que nomeia Adélia Leite Coelho, para o cargo de Diretor, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o Projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Aprovado.

O Projeto irá à Comissão Diretora para redação final.

E' o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 24, DE 1968

Nomeia Adélia Leite Coelho, para o cargo de Diretor, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É nomeada, de acordo com o art. 85, alínea "c", item 2, do Regimento Interno, combinado com o art. 75, item IV, alínea "d", da Resolução nº 6, de 1960, para o cargo isolado, de provimento efetivo, de Diretor, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, a Oficial Bibliotecária, PL-3, Adélia Leite Coelho.

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Item 7.

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 183, de 1968, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Poder Executivo — Ministério da Fazenda — informações sobre Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

Em discussão.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

Em votação o Requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

E' o seguinte o Requerimento aprovado:

REQUERIMENTO Nº 183, DE 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sobre Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

Sr. Presidente:

Na forma regimental, requeiro sejam solicitadas, através do Ministério da Fazenda, as seguintes informações relacionadas com as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional:

1º) totais anuais de recursos líquidos originários de suscitação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, contabilizados em 1964, 1965, 1966, 1967 e 1968 (até a presente data);

2º) totais anuais dos desembolsos feitos pelo Tesouro Nacional, para atender ao resgate das Obrigações Reajustáveis, na mesma faixa de tempo referido no item anterior;

3º) método de cálculo adotado para a fixação do valor nominal unitário das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, considerando o fato de que esses valores diferem, algumas vezes, dos que seriam obtidos com a fiel observância da legislação básica atinente ao assunto (Lei nº 4.357, de 16.7.64, e Decreto nº 54.232, de 3 de setembro de 1964).

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — As informações pedidas no Requerimento aprovado serão solicitadas.

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Sobre a mesa há requerimento que será lido pelo Senhor 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 282, de 1968

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requeiro dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 24, de 1968, que nomeia Adélia Leite Coelho para o cargo de Diretor, PL-1 do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1968. — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Em decorrência da deliberação do Plenário passa-se a imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução nº 24-68.

Em discussão a redação final.

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação a redação final.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada. O projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a redação final aprovada:

Parecer nº 244, de 1968

Redação final do Projeto de Resolução nº 24, de 1968, que nomeia Adélia Leite Coelho, para o cargo de Diretor, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 24, de 1968, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº 24, DE 1968

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É nomeada, de acordo com o art. 85, alínea c, item 2, do Regimento Interno, combinado com o art. 75, item IV, alínea d, da Resolução nº 6, de 1960, para o cargo isolado, de provimento efetivo, de Diretor, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, a Oficial Bibliotecária, PL-3, Adélia Leite Coelho.

Sala da Comissão Diretora, em 26 de março de 1968. — Gilberto Marinho. — Rui Palmeira. — Dinarte Maria. — Cattete Pinheiro. — Lima de Mattos. — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu Ofício no qual o Senhor Presidente da Câmara dos Deputados encaminhou expediente sobre a convocação do Congresso Nacional para uma sessão conjunta a realizar-se no próximo dia 24 de junho, em comemoração ao Ano Cabralino.

De acordo com os entendimentos havidos entre esta Presidência e a da Câmara, convoco as duas Casas do Congresso para uma sessão conjunta solene, a realizar-se às 15 horas do referido dia 24 de junho, no Plenário da Câmara dos Deputados.

Na ocasião, farão uso da palavra: — o Senador Argemiro de Figueiredo, em nome do Senado, e

— o Deputado Cunha Bueno, em nome da Câmara.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Atendendo à necessidade de apreciação de matéria em tramitação conjunta nas duas Casas do Congresso Nacional, com prazo prestes a se esgotar, esta Presidência deliberou cancelar a sessão marcada para o dia 28 do corrente, às 21.30 horas, para apreciação de vetos presidenciais.

A matéria constante da Ordem do Dia da referida sessão será objeto de deliberação no próximo dia 28 de abril, às 21 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a extraordinária, a realizar-se às 18 horas de hoje, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

(Grã-Bretanha e Irlanda do Norte)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 85-68 (nº de origem 116-68), de 8 do mês em curso, pela qual o Presidente da República submete ao Senado a escolha do Embaixador Sérgio Corrêa Affonso da Costa para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto a Sua Majestade Elizabeth II Rainha do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Está encerrada a sessão.

Levantá-se a sessão, às 17 horas e 50 minutos.

ATA DA 27ª SESSÃO, EM 26 DE MARÇO DE 1968

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura (Extraordinária)

PRESIDENCIA DO SR. GILBERTO MARINHO

As 18 horas acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
José Guimard
Oscar Passos
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Milton Trindade
Cattete Pinheiro
Lobão da Silveira
Clodomir Millet
Sebastião Archer
Petrônio Portela
José Cândido
Sigefredo Pacheco
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Luiz de Barros
Dinarte Mariz
Mancel Villaza
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
Domício Gondim
João Cleofas
Pessoa de Queiroz
José Ermirio
Teotônio Vilela
Rui Palmeira
Arnon de Melo
Leandro Maciel
Júlio Leite
José Leite
Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino
Josaphat Marinho
Carlos Lindenberg
Eurico Rezende
Raul Giuberti
Paulo Torres
Aarão Steinbruch
Vasconcelos Tórres
Mário Martins
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Milton Campos
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
Carvalho Pinto
Lino de Mattos
João Abrahão
José Feliciano
Pedro Ludovico
Fernando Corrêa
Filinto Müller
Ney Braga
Adolpho Franco
Mello Braga
Alvaro Catão
Atílio Fontana

Guido Mondin
Daniel Krieger
Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) A lista de presença acusa o comparecimento de 60 Srs. Senadores. Havendo número regimental declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debates aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mensagem, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

Requerimento nº 283, de 1968

Senhor Presidente

Requeiro nos termos regimentais, a constituição de Comissão Especial, composta de 5 membros, para representar o Senado no II Congresso Nacional do Café a realizar-se em Curitiba, nos dias 4, 5 e 6 de abril vindouro, sob o patrocínio da Confederação Nacional da Agricultura.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1968. — Atílio Fontana — Mello Braga.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O requerimento que acaba de ser lido será votado logo após a Ordem do Dia, nos termos do Regimento.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 85-68 (nº de origem 116-68), de 8 do mês em curso, pela qual o Presidente da República submete ao Senado a escolha do Embaixador Sérgio Corrêa Affonso da Costa para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto a Sua Majestade Elizabeth II Rainha do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Tratando-se de matéria a ser apreciada em sessão secreta, peço aos Srs. Funcionários que tomem as providências de direito.

(A sessão transforma-se em secreta às 18 horas e 20 minutos e volta a ser pública às 18 horas e 25 minutos.)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Como foi lido, na hora do expediente, os Srs. Senadores Atílio Fontana e Mello Braga solicitaram a designação de Comissão Especial de cinco Membros para representar o Senado no Congresso Nacional do Café a se realizar, em Curitiba, nos dias 4, 5 e 6 de abril, sob o patrocínio da Confederação Nacional da Agricultura.

Em votação o requerimento. (Pausa)

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. Está aprovado.

A Mesa designa os Srs. Senadores Atílio Fontana, Mello Braga, Carvalho Pinto, Nogueira da Gama e Aarão Steinbruch, além do Sr. Senador Ney Braga, Vice-Presidente da Comissão Especial de Estudos do Café, que já havia sido designado, para representá-la.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Não há oradores inscritos. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra vou encerrar a sessão convocando os Srs. Senadores para uma sessão extraordinária amanhã, às 10 horas, com a Ordem do Dia de

TRABALHOS EM COMISSÕES

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 30 minutos)

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATOS DO PRIMEIRO SECRETARIO

PORTARIA Nº 37, DE 1968

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra "j" nº 2, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve: Designar para o Gabinete do Pre-

sidente da Comissão de Agricultura, os seguintes funcionários:

Secretário — Lourival Francisco Lopes, Auxiliar Legislativo, PL-9
Continuo — Francisco da Cruz Auxiliar de Portaria, PL-10
Motorista — Manoel de Almeida, Motorista, PL-8
Secretaria do Senado Federal, em 22 de março de 1968. — Ass. Dinarte Mariz, 1º Secretário.

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão Mista para estudo dos problemas Agropecuários e seus reflexos na Economia Nacional

ATA DA 3ª REUNIAO, REALIZADA NO DIA 14 DE MARÇO DE 1968

As dez horas e quinze minutos do dia quatorze de março de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador Fernando Corrêa Presidente, presentes os Senhores Senadores Carlos Lindenberg, José Feliciano, José Ermirio e João Abrahão e os Senhores Deputados Luiz Braga, Nadir Rosseti e Breno da Silveira, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo dos problemas agropecuários e seus reflexos na economia nacional.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Deputados Alberto Hoffman e Rozendo de Souza. É lida e aprovada a Ata da Reunião anterior.

Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente anuncia a presença do Senhor Júlio Quirino da Silva, Secretário de Agricultura do Distrito Federal, atendendo a convite da Comissão para prestar esclarecimentos sobre a situação agropecuária da Capital da República e sua área de influência geo-econômica. Em seguida, dá a palavra ao Depoente, que inicia fazendo uma exposição geral sobre o tema que lhe foi proposto.

Terminada a parte expositiva do Depoimento do Sr. Secretário de Agricultura do Distrito Federal, o Sr. Presidente anuncia a abertura da lista de inscrição para a formulação de perguntas ao Depoente, concedendo a palavra ao Senhor Senador José Ermirio, que indaga sobre diversos aspectos citados na exposição e outros.

Formulam perguntas, a seguir, os Senhores Senador José Feliciano e Breno da Silveira, com o Sr. Secretário sendo auxiliado em suas respostas pelo Assessor, Dr. Eduardo Alberto Vilela Moraes, com a aprovação do Sr. Presidente.

Usando da palavra, o Senhor Deputado Breno da Silveira, Relator, tece considerações sobre o fato de apenas Senado poder atuar efetivamente no processo legislativo de Brasília, competência que lhe foi outorgada pela Constituição de 1961 lamentando que a Câmara dos Deputados não mais tenha tal competência igualmente.

Ressalta o Sr. Relator, a seguir, o problema da irrigação do Planalto Central, que fica durante seis meses, anualmente, sem uma época de chuvas efetivas.

Terminada a exposição e feita o Sr. Relator concluiu seu questionário, o Sr. Presidente passa a solicitar ao Depoente maiores detalhes de diversas respostas, para melhor esclarecimento da Comissão.

O Sr. Júlio Quirino da Silva atende à solicitação do Sr. Presidente e conclui por convidar os Srs. Membros da Comissão para uma visita às obras da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, em data a ser confirmada, obtendo de pronto a concordância deste órgão.

Finalmente, o Sr. Relator usa da palavra para analisar as discussões do Sr. Secretário de Agricultura, que considera bastante precisas e proveitosas, concluindo por tomar a sessão no sentido de um maior entrosamento daquela Secretaria com as de Educação e Cultura e de Saúde da Prefeitura do Distrito Federal.

O Sr. Presidente determina que c apanhamento aquático da presente reunião, tão logo decifrado, seja publicado como Anexo da presente ata.

E nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mario Nelson Duarte Secretário, lavrei a Presente Ata, que é lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão Mista para estudo do Parecer sobre o Projeto de Lei nº 12, de 1968 (CN)

1ª REUNIAO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 1968

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e oito, às dezesseis horas, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Eurico Rezende, Carlos Lindenberg, José Feliciano, Alvaro Catão, Raul Giuberti, Nogueira da Gama e Adalberto Sena e os Senhores Deputados Augusto Franco, Ossian Araripe, Dayl de Almeida e Gastone Righi, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 12, de 1968 (CN), que dispõe sobre o pagamento de dívidas previdenciárias através de imóveis e das outras providências.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Luiz de Barros, Edmundo Levi e Mário Martins e os Senhores Deputados Raymundo de Brito, Cid Rocha, Hamilton Prado Garcia Neto, Osmar de Aquino, Uairic Machado e Ario Theodoro.

De acordo com o que preceitua o artigo 32 do Regimento Interno assume a presidência o Senhor Senador Adalberto Sena que declara instalada a Comissão.

A fim de cumprir dispositivo regimental o Senhor Presidente esclarece que irá proceder à eleição do Presidente. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Adalberto Sena convida-se para funcionar como escrutinador o Senhor Senador José Feliciano.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente

Senador Edmundo Levi .. 12 votos
Para Vice-Presidente

Senador Carlos Lindenberg .. 12 votos
Senador Eurico Rezende .. 1 voto

São declarados eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Senhores Senadores Edmundo Levi e Carlos Lindenberg.

Assumindo a presidência o Senhor Senador Carlos Lindenberg agradece a honra com que foi distinguido e designa para relatar a matéria o Senhor Deputado Hamilton Prado.

Em seguida, comunica que a Comissão receberá ementas nos dias 25, 26, 27, 28 e 29 do corrente mês e ano e sugere a adotar como normas disciplinadoras de seu trabalho, o padrão que tem sido aceito nas outras Comissões Mistas.

Submetida à discussão e votação, é a proposta do Senhor Presidente aprovada.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão.

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE ESTUDO E PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 13, DE 1968, QUE "DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE DÍVIDAS PREVIDENCIÁRIAS ATRAVÉS DE IMOVEIS DESONERADOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AVISO

1 — A Comissão receberá ementas nos dias 25 (vinte e cinco), 26 (vinte

e seis), 27 (vinte e sete), 28 (vinte e oito) e 29 (vinte e nove) do corrente mês e ano;

2 — As emendas deverão ser encaminhadas ao 11º andar do anexo do Senado Federal, nos horários das 8,00 (oito) às 19,00 (dezenove) horas e, durante a noite, quando houver sessão em qualquer das duas Casas do Congresso Nacional;

3 — Término do prazo para apresentação de emendas na Comissão: Dia 29, às 19,00 horas;

4 — As emendas só serão recebidas quando o original vier acompanhado de três cópias;

5 — Ao término do prazo de recebimento de emendas, será aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas constante do parágrafo único do artigo 3º das normas, para recebimento de recursos;

6 — Durante o decorrer do citado período, haverá, na Secretária da Comissão, plantão ininterrupto para recebê-las; e

7 — A apresentação do parecer do relator perante a Comissão dar-se-á no dia 16 (dezesesseis) de abril às 21,00 horas, na sala de reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, Congresso Nacional, 22 de março de 1968. — Carlos Lindenberg, Vice-Presidente.

Local de funcionamento ininterrupto da Secretária da Comissão:

Diretoria das Comissões, Seção de Comissões Mistas, 11º andar do Anexo do Senado.

Telefone: 2-4533, Ramal 244.
Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Edmundo Levi

Vice-Presidente: Senador Carlos Lindenberg

Relator: Deputado Hamilton Prado

ARENA

Senadores

1. Eurico Rezende
2. Carlos Lindenberg
3. José Feliciano
4. Alvaro Caião
5. Luiz de Barros
6. Raul Giuberti
7. Attilio Fontana

Deputados

1. Raymundo de Brito
2. Cid Rocha
3. Augusto Franco
4. Ossian Araripe
5. Dayl de Almeida
6. Hamilton Prado
7. Garcia-Neto

MDB

1. Adalberto Senna
2. Edmundo Levi
3. Mário Martins
4. Nogueira da Gama

1. Osmar de Aquino
2. Gastone Righi
3. Nírio Machado
4. Ario Teodoro

CALENDÁRIO

Dia 21-3 — É lido o projeto, em Sessão Conjunta;

Dia 22-3 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do relator;

Dias 25, 26, 27, 28 e 29-3 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 16-4 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 21,00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 16-4 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 17-4 — Publicação do parecer; e
Dia 24-4 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21,30 horas.

Prazo — Início: 20-3-68; Término: 29-4-68.

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

Diretoria das Comissões — Seção de Comissões Mistas 11º Andar — Anexo — Senado Federal.

Telefone: 2-4533 — Ramal 244.

M E S A

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — GB)

1º Vice-Presidente — Pedro Ludovico (MDB — GO)

2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL)

1º Secretário — Dinarte Mariz (ARENA — RN)

2º Secretário — Victroino Freire (ARENA — MA)

3º Secretário — Aarão Steinbruch (MDB — RJ)

4º Secretário — Catiote Pinheiro (ARENA — PA)

1º Suplente — Guido Mondin (ARENA — RS)

2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ)

3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP)

4º Suplente — Raul Giuberti (ARENA — ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger (ARENA — RS)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller (MT)

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)

Petrônio Portela (PI)

Manoel Villaga (RN)

Antônio Carlos SC)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna (GB)

Vice-Líderes

Arthur Virgílio (AM)

Adalberto Sena (ACRE)

COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

TITULARES

Arnon de Mello
Domício Gondim
Paulo Torres
João Cleofas
Teotônio VilelaJosé Leite
José Guilomard
Adolpho Franco
Leandro Maciel
Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

MDB

Nogueira da Gama
Josaphat MarinhoJosé Ermirio
Mário Martins

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermirio

Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA

TITULARES

José Feliciano
Ney Braga
João Cleofas
Teotônio Vilela
Milton TrindadeAtílio Fontana
Leandro Maciel
Benedicto Valladares
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

MDB

José Ermirio
Argemiro de FigueiredoAurélio Vianna
Mário Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: Terças-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC.

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

TITULARES

Ney Braga
Antônio Carlos
Melo Braga
Arnon de Mello
Atílio FontanaJosé Leite
Eurico Rezende
Benedicto Valladares
Carvalho Pinto
Filinto Müller

SUPLENTE

MDB

Aurélio Vianna
Mário MartinsPessoa de Queiroz
Edmundo Levi

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.

Reuniões: Quinta-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13 Membros

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

ARENA

TITULARES

Milton Campos
Antonio Carlos
Aloysio de Carvalho
Eurico Rezende
Wilson Gonçalves
Petrônio Portela
Carlos Lindenberg
Paulo Sarasate
Clodomir Millet

SUPLENTE

Aivaró Maia
Lobão da Silveira
Benedicto Valladares
Arnon de Mello
Júlio Leite
Menezes Pimentel
Adolfo Franco
Filinto Müller
Daniel Krieger

MDB

Antônio Balbino
Bezerra Neto
Josaphat Marinho
Edmundo LeviArthur Virgílio
Argemiro de Figueiredo
Nogueira da Gama
Aurélio Vianna

Secretaria: Maria Helena, Bueno Brancão — Ramal 247.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES

José Feliciano
Eurico Rezende
Petrônio Portela
Atílio Fontana
Júlio Leite
Clodomir Millet
Manoel Villaga
Wilson Gonçalves

SUPLENTE

Benedicto Valladares
Melo Braga
Teotônio Vilela
José Leite
Mem de Sá
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Adolfo Franco

MDB

João Abrahão
Aurélio Vianna
Adalberto SenaBezerra Neto
Oscar Passos
Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Edmundo Levi

ARENA

TITULARES

Carvalho Pinto
Carlos Lindenberg
Júlio Leite
Teotônio Vilela
Domício Gondim
Leandro Maciel
Atílio Fontana
Ney Braga

SUPLENTE

José Leite
João Cleofas
Duarte Filho
Sigefredo Pacheco
Filinto Müller
Paulo Torres
Adolpho Franco
Antônio Carlos

MDB

Bezerra Neto
Edmundo Levi
Sebastião ArcherJosé Ermirio
Josaphat Marinho
Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Mem de Sá

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
Mem de Sá
Aivaró Maia
Duarte Filho
Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Benedicto Valladares
Antônio Carlos
Sigefredo Pacheco
Teotônio Vilela
Petrônio Portela

MDB

Adalberto Sena
Antônio BalbinoRuy Carneiro
Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Alvaro Maia**ARENA****SUPLENTE****TITULARES**Antônio Carlos
Moura Andrade
Paulo Sarasate
Milton Trindade
Alvaro Maia
José Feliciano
João Cleofas
Paulo TorresJosé Guimard
Eurico Rezende
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Petrônio Portela
Manoel Villaga**MDB**Adalberto Senna
Antônio Balbino
José ErmírioArthur Virgílio
Ruy Carneiro
João Abrahão

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(17 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Argemiro Figueiredo
Vice-Presidente: Paulo Sarasate**ARENA****SUPLENTE****TITULARES**Paulo Sarasate
João Cleofas
Mem de Sá
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa
Júlio LeiteLobão da Silveira
José Guimard
Teotônio Villela
Carlos Lindenberg
Daniel Krieger
Filinto Müller
Celso Ramos
Milton Trindade
Antônio Carlos
Benedicto Valladares
Mello Braga
Paulo Torres**MDB**Oscar Passos
Josaphat Marinho
João Abrahão
Aurélio Vianna
Nogueira da GamaArgemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Arthur Virgílio
José Ermírio

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Atílio Fontana
Vice-Presidente: Antônio Balbino**ARENA****SUPLENTE****TITULARES**Atílio Fontana
Adolpho Franco
Domício Gondim
João Cleofas
Teotônio VillelaJúlio Leite
José Cândido
Arnon de Mello
Leandro Maciel
Melo Braga**MDB**Ruy Carneiro
Bezerra NetoAntônio Balbino
Nogueira da Gama

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Petrônio Portela
Vice-Presidente: Mello Braga**ARENA****SUPLENTE****TITULARES**Petrônio Portela
Domício Gondim
Atílio Fontana
Mello Braga
Júlio LeiteCelso Ramos
Milton Trindade
José Leite
Adolpho Franco
Duarte Filho**MDB**João Abrahão
Argemiro de FigueiredoArthur Virgílio
Josaphat Marinho

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Domício Gondim**ARENA****TITULARES****SUPLENTE**Domício Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos LindenbergJosé Feliciano
Mello Braga
José Guimard
Benedicto Valladares
Teotônio Villela**MDB**Josaphat Marinho
José ErmírioSebastião Archer
Oscar Passos

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SECAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Rui Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho**ARENA****TITULARES****SUPLENTE**Clodomir Millet
Manoel Villaga
Arnon de Mello
Duarte Filho
Menezes PimentelTeotônio Villela
José Leite
Domício Gondim
Paulo Sarasate
Leandro Maciel**MDB**Rui Carneiro
Argemiro de FigueiredoAurélio Vianna
Adalberto Senna

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg**ARENA****TITULARES****SUPLENTE**Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende
Paulo Sarasate
Carvalho PintoJosé Feliciano
João Cleofas
Adolpho Franco
Petrônio Portela
José Leite
Ney Braga
Milton Campos
Daniel Krieger**MDB**José Ermírio
Aurélio Vianna
Mário MartinsAntônio Balbino
Arthur Virgílio
Edmundo Levy

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior — Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Leandro Maciel**ARENA****TITULARES****SUPLENTE**José Feliciano
Leandro Maciel
Antônio Carlos
Lobão da SilveiraFilinto Müller
Mem de Sá
Duarte Filho
Clodomir Millet**MDB**

Nogueira da Gama

Edmundo Levy

Secretária: Beatriz Brandão Guerra.

Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENA**TITULARES**

Benedicto Valladares
Filinto Müller
Aloysio de Carvalho
Antônio Carlos
Mem de Sá
Ney Braga
Milton Campos
Moura Andrade
Fernando Corrêa
Arnon de Mello
José Cândido

SUPLENTE

Wilson Gonçalves
José Guimard
Carlos Lindenberg
Adolpho Franco
Petrônio Portela
José Leite
Teotônio Villela
Mello Braga
José Feliciano
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

MDB

Pessoa de Queiroz
Mário Martins
Aurélio Vianna
Oscar Passos

Bezerra Neto
João Abrahão
Josaphat Marinho
Antônio Balbino

Secretário: J. B. Castejon Branco.

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissões de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco
Vice-Presidente: Manoel Villaga

ARENA**TITULARES**

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga
Clodomir Millet

SUPLENTE

Júlio Leite
Milton Trindade
Ney Braga
José Cândido
Lobão da Silveira

MDB

Adalberto Senna
Sebastião Archer

Nogueira da Gama
Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 241.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tórres
Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA**TITULARES**

Paulo Tórres
José Guimard
Lobão da Silveira
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Filinto Müller
Atílio Fontana
Domício Gondim
Manoel Villaga
Mello Braga

MDB

Oscar Passos
Mário Martins

Argemiro de Figueiredo
Sebastião Archer

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende
Vice-Presidente: Arnon de Mello

ARENA**TITULARES**

Eurico Rezende
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Paulo Tórres
José Guimard

SUPLENTE

José Feliciano
Menezes Pimentel
Celso Ramos
Petrônio Portela
Leandro Maciel

MDB

Ruy Carneiro
João Abrahão

Adalberto Senna
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite
Vice-Presidente: Sebastião Archer

ARENA**TITULARES**

José Leite
Celso Ramos
Arnon de Mello
Domício Gondim
João Cleofas

SUPLENTE

Paulo Tórres
Atílio Fontana
Eurico Rezende
José Guimard
Carlos Lindenberg

MDB

Sebastião Archer
Pessoa de Queiroz

Mário Martins
Ruy Carneiro

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard
Vice-Presidente: Clodomir Millet

ARENA**TITULARES**

José Guimard
Fernando Corrêa
Clodomir Millet
Alvaro Mota
Milton Trindade

SUPLENTE

Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Müller
Sigefredo Pacheco
Manoel Villaga

MDB

Edmundo Levi
Oscar Passos

Adalberto Senna
Arthur Virgílio

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quartas-feiras, às 15:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores

PREÇO DESTE NÚMERO, R\$ 0,91.